

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO - **CONSEPE**

Secretaria dos Órgãos Colegiados Superiores (Socs)
Bloco IV, Segundo Andar, Câmpus de Palmas
(63) 3229-4067 | (63) 3229-4238 | consepe@uft.edu.br



RESOLUÇÃO Nº 23, DE 14 DE ABRIL DE 2021 – CONSEPE/UFT

Dispõe sobre a atualização do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Especialização em Gestão Pública, modalidade EaD, criação aprovada pela Resolução Consepe nº 37/2009.

O Egrégio Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Consepe) da Universidade Federal do Tocantins (UFT), reunido em sessão ordinária no dia 14 de abril de 2021, via web conferência, no uso de suas atribuições legais e estatutárias,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a atualização do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Especialização em Gestão Pública, modalidade EaD, criação aprovada pela Resolução Consepe nº 37/2009, conforme Projeto anexo a esta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, conforme dados do processo nº 23101.000800/2021-21.

LUÍS EDUARDO BOVOLATO
Reitor



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

**ATUALIZAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO
(PPC) DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA,
MODALIDADE EAD, CRIAÇÃO APROVADA PELA
RESOLUÇÃO CONSEPE Nº 37/2009.**

Anexo da Resolução nº 23/2021 – Consepe
Aprovado pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão em 14 de abril de 2021.

PALMAS, TO
2021

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR
DIRETORIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA
PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO
DE ESPECIALIZAÇÃO EM
GESTÃO PÚBLICA
MODALIDADE A DISTÂNCIA**

BRASÍLIA
2018

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR
DIRETORIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA
PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO
DE ESPECIALIZAÇÃO EM
GESTÃO PÚBLICA
MODALIDADE A DISTÂNCIA**

Comissão de Apoio à Diretoria de Educação a Distância na Gestão do PNAP

Prof.^a Dra. Ana Maria Ferreira Menezes (UNEB)

Prof. Dr. Ciro Campos Christo Fernandes (ENAP)

Prof.^a Dra. Clícia Maria de Jesus Benevides (UNEB)

Prof. Dr. Helton Cristian de Paula (UFOP)

Prof. Dr. Paulo Emilio Matos Martins (UFF)

Prof. Dr. Ricardo Jorge da Cunha Costa Nogueira (UFAM)

Prof.^a Dra. Vanessa Costa e Silva (FIOCRUZ)

Sumário

2021	2
PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO	3
PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO	4
APRESENTAÇÃO	6
1 Dados de identificação do curso	8
2 Introdução	10
3 Justificativa.....	12
4 Universidade Aberta do Brasil: objetivos	13
5 Diretoria de Educação a Distância da Capes	14
7 Integração e Articulação da Educação a Distância da Ipes ao Sistema Universidade Aberta do Brasil.....	17
8 Aspectos institucionais	17
8.1 Missão e Objetivos Estratégicos e Institucionais	20
9 Concepção do Curso de Especialização em Gestão Pública.....	26
9.1 A organização do sistema de EaD	27
9.3 Concepção pedagógica do curso	29
9.4 Organização curricular.....	30
10 Estrutura Administrativo-Pedagógica	43
11 Infraestrutura e Processo de Gestão Acadêmico - Administrativa	44
11.1 Rede comunicacional	45
11.2 Produção de material didático	45
11.3 Sistema de Tutoria.....	45
11.4 Encontros presenciais	48
12 Diretrizes de avaliação	48
13 Processo de comunicação-interação entre os participantes	49

APRESENTAÇÃO

O Curso de Especialização em Gestão Pública, modalidade a distância, no contexto da Universidade Aberta do Brasil (UAB), que ora apresentamos, integra o Programa Nacional de Formação em Administração Pública (PNAP).

Tal programa nasce a partir da experiência piloto do curso de Administração, em 2006, que foi supervisionado pela Secretaria de Educação a Distância (SEED), do Ministério da Educação (MEC), pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e por coordenadores das Instituições Públicas de Ensino Superior (Ipes). Além desse bacharelado, o PNAP é composto de três especializações na área pública (Gestão Pública, Gestão Pública Municipal e Gestão em Saúde). No caso da especialização de Gestão Pública foi constituída uma comissão composta pelos Professores Doutores Maria Aparecida da Silva (UFAL), Dario de Oliveira Lima Filho (UFMS), Silvar Ribeiro (UNEB), Anderson Castanha (UFJF) e Marcos Tanure Sanabio (UFJF).

Nesse contexto, em 2009, a UAB/Capes lançou um edital (Edital UAB/Capes 01/2009, de 27 de abril de 2009) voltado à adesão de Instituições Públicas de Ensino Superior para oferta dos referidos cursos. O programa ofereceu um projeto pedagógico base que deveria ser analisado e adequado à realidade social de cada Ipes. A matriz curricular do curso e os materiais didáticos foram desenvolvidos por uma rede nacional, sendo utilizados em todos os cursos e em todas as Ipes aprovadas.

O objetivo central do PNAP é formar e qualificar pessoal em nível superior visando o exercício de atividades gerenciais, possibilitando que esses gestores intervenham na realidade social, política e econômica, contribuindo para a melhoria da gestão das atividades desempenhadas pelo Estado brasileiro, no âmbito federal, estadual e municipal.

O PNAP, assim como outras iniciativas de fortalecimento das capacidades estatais no Brasil, foi impactado por três vetores principais: o processo de descentralização das políticas públicas em direção às administrações subnacionais; o fortalecimento da qualificação como critério para progressão e desenvolvimento nas carreiras da Administração Pública; e o fortalecimento da modalidade de ensino a distância como instrumento dessa qualificação, impulsionada com o avanço das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC).

O PNAP continuou com a metodologia de monitoramento em Fóruns Nacionais, os quais visam congregar, coordenar e representar com autonomia os cursos das diversas áreas do programa, de modo a implementar ações de melhoria da qualidade na formação inicial e continuada. Já ocorreram 4 fóruns na área do PNAP.

O primeiro, que teve o papel primordial de implantar o Fórum da Área de Administração Pública, com a escolha de sua presidência, aconteceu em Salvador (Bahia) em 2010; o segundo, ocorrido em Brasília (Distrito Federal) em 2012, já discutia propostas de reformulações dos Projetos Pedagógico de Cursos (PPC); o terceiro, acontecido em Belo Horizonte (Minas Gerais) em 2013, deu continuidade às discussões sobre os PPCs; e, o quarto, realizado em Florianópolis (Santa Catarina) em 2014, reuniu cerca de 180 coordenadores dos Cursos de Especializações em Gestão em Saúde, Gestão Pública e Gestão Pública Municipal, na modalidade de Educação a Distância (EAD), cujo objetivo principal foi propiciar a interação, a troca de experiências e as discussões sobre os PPCs e a elaboração e atualização de materiais didáticos. Vale ressaltar que todos os fóruns contaram com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

Em 2017 foi constituída a Comissão de apoio à gestão do PNAP que objetivou analisar as sugestões formuladas nesses fóruns à luz das Diretrizes Curriculares Nacionais de 2014. Desse trabalho resultaram novos PPC (Bacharelado e Especializações) e a revisão do material didático adequando-os às especificidades do setor público no Brasil.

Vários acadêmicos contribuíram para a consolidação e o amadurecimento deste Programa ao longo do tempo. Destacamos a participação dos professores Alexandre Marino Costa (UFSC), Marcos Tanure Sanábio (UFJF), Teresa Cristina Janes Carneiro (UFES) e Cledinaldo Aparecido Dias (UNIMONTES), que participaram sobremaneira para a consolidação do presente projeto.

Brasília, 02 de agosto de 2018.

Luiz Alberto Rocha de Lira Coordenador-Geral de
Programas e Cursos em EAD

1 Dados de identificação do curso

a) Nome do Curso:

Curso de Especialização de Gestão Pública

b) Proponente:

Universidade Federal do Tocantins - UFT

c) Público:

Profissionais que atuam ou venham a atuar na Administração Pública, em todas as esferas e poderes do Estado, no setor público não-estatal e em outras áreas afins.

d) Número de vagas:

No ano de 2021 a UFT ofertará 100 vagas, 50 delas advindas do convênio com a UAB, destinadas a ampla concorrência, sendo 15 no polo UAB de Araguaína e 35 no polo de Palmas; e as demais 50 vagas serão destinadas para repercurso, independentemente de polo.

e) Formas de ingresso:

Na Universidade Federal do Tocantins, a seleção dos estudantes para ingresso no curso de Especialização em Gestão Pública ocorrerá a partir da análise curricular, conforme disposto em edital próprio para seleção.

Estudantes que cursaram disciplinas em versões anteriores nas especializações em Gestão Pública, Gestão Pública Municipal ou Gestão Pública em Saúde, mediante aproveitamento de créditos e em conformidade com o disposto em edital próprio, poderão fazer opção para repercurso. Neste caso, o estudante que ficou pendente em até três disciplinas, as quais constam do PPC da GP atual ou sejam equivalentes, poderá concluir a especialização obtendo certificação pelo curso de ingresso e, no caso de não haver compatibilidade, poderá fazer reopção de curso, mediante aproveitamento de créditos das disciplinas compatíveis nos termos da legislação e cursar as demais pelo novo PPC, obtendo certificação em Gestão Pública; já aquele que ficou devendo quatro ou mais disciplinas, poderá fazer a reopção de curso, mediante aproveitamento de créditos das disciplinas compatíveis nos termos da legislação e cursar as demais pelo novo PPC, obtendo certificação em Gestão Pública.

No repercurso terão prioridade aqueles que estão pendentes em até três disciplinas, especialmente aqueles que já defenderam o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) e obtiveram aprovação.

f) Duração do curso:

O curso foi concebido para ser integralizado em 18 meses e acontecerá, preferencialmente por meio de atividades síncronas e assíncronas, podendo contar com o desenvolvimento de atividades presenciais.

g) Previsão para início das atividades:

01 de maio de 2021

h) Coordenador do Curso:

Professor Dr. Idemar Vizolli

i) Professores:

Dra. Suzana Giglioli C. Nunes

Dra. Denilda Caetano de Faria

Dr. Kerlley Batista Barbosa

Dra. Lilian Deisy Ghizoni

Dra. Lia Almeida

Dra. Graciela Maria da Costa Barros

Dra. Maria Antônia Valadares

Dra. Renata Petarli

Dr. Rumeninng Abrantes

Dr. Elvio Quirino

Dra. Mariela Cristina Ayres de Oliveira

Dr. Wesley Patrese

Dr. Waldecy Rodrigues

Dra. Mariela Cristina Ayres de Oliveira

2 Introdução

O Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) foi criado pelo Ministério da Educação, em 2005, no âmbito do Fórum das Estatais pela Educação, para a articulação e integração de um sistema nacional de educação superior a distância, visando sistematizar ações, programas, projetos e atividades pertencentes às políticas públicas voltadas para a ampliação e interiorização da oferta do ensino superior gratuito e de qualidade no Brasil.

Objetivando a consecução e o fomento dos cursos da UAB, e, conseqüentemente, a democratização, a expansão e a interiorização da oferta de ensino superior público, e da formação de gestores públicos, o Ministério da Educação, por meio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), estimula a oferta do Curso de Especialização de Gestão Pública e de especializações na modalidade a distância, integrantes do Programa Nacional de Formação em Administração Pública (PNAP) e operacionalizados pelas Instituições Públicas de Ensino Superior (Ipes), de acordo com os instrumentos legais emanados pela UAB.

O Curso de Especialização em Gestão Pública vem ao encontro das necessidades de gestores com visão holística das ações administrativas e políticas governamentais, capacitados para exercer a gestão nos poderes e nas esferas da Administração Pública nacional, regional e local.

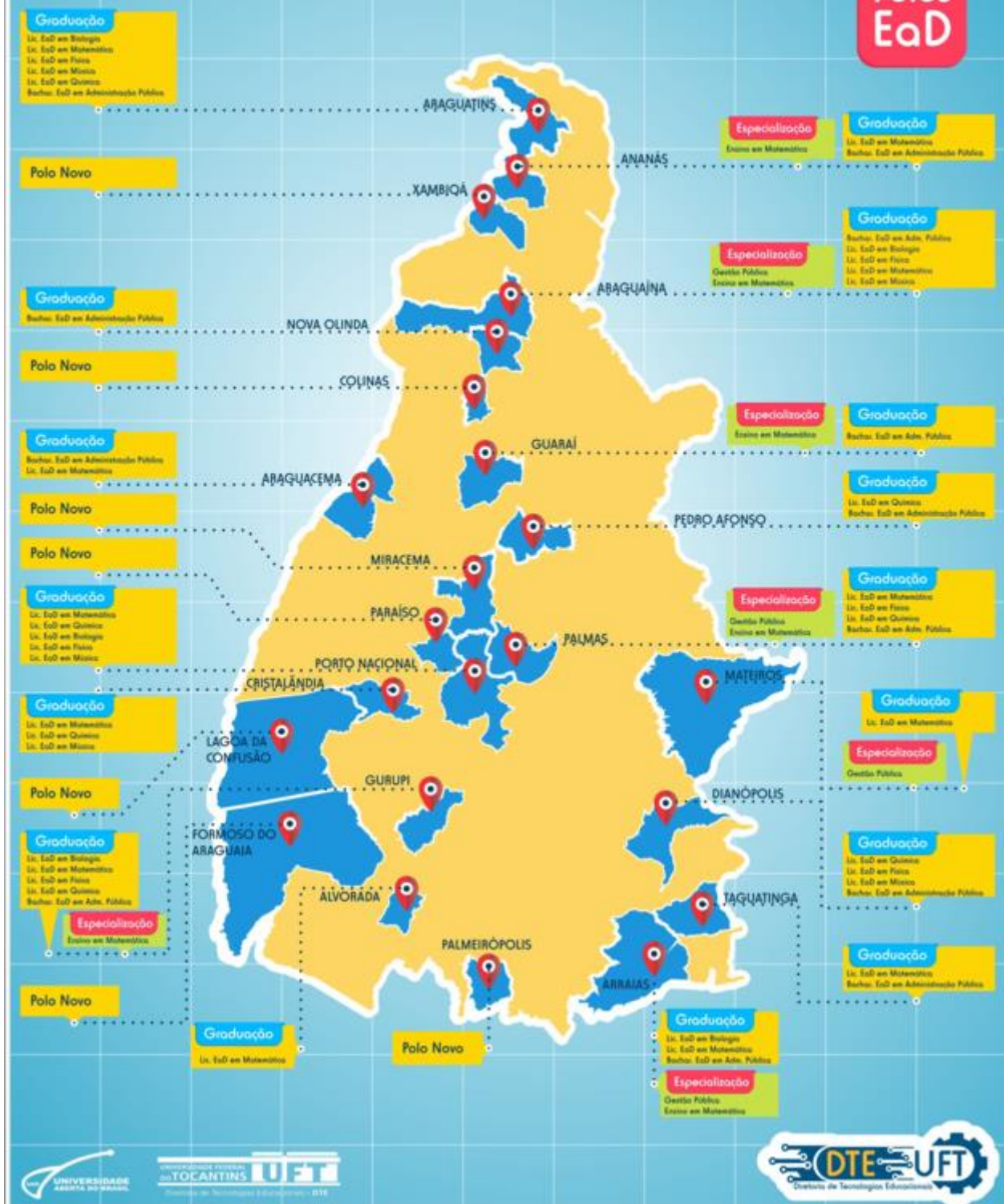
Para atender a demanda pela formação de gestores públicos nos entes da federação do Brasil, a Ipes oferece o Curso de Especialização em Gestão Pública no intuito de ampliar o número de beneficiários da formação superior gratuita e de qualidade, cumprindo, assim, sua missão e colaborando para o desenvolvimento da sociedade brasileira.

O Projeto Pedagógico do Curso (PPC) está pautado na observância aos dispositivos legais, regimentais e institucionais, entre eles:

- Dispositivos da Universidade Aberta do Brasil (UAB);
- Dispositivos da Universidade Federal do Tocantins em consonância com a Diretoria de Tecnologias Educacionais UFT/DTE, e se desenvolverá nos polos de Araguaína e Palmas.

Polos EaD da UFT

23
Polos EaD



3 Justificativa

Desde meados da década de 1990, a gestão pública no Brasil vem passando por transformações importantes, notadamente no que se refere à redefinição do papel do Estado nacional, em geral, e do papel desempenhado pelas três esferas de governo: União, estados e municípios.

A partir da Constituição Federal de 1988, os estados e os municípios ganharam mais importância, assumindo diversas atividades antes desempenhadas pela União. Nesse sentido, os dois níveis de governo subnacionais passam a assumir papéis complexos, antes exercidos pela União, que exigem competências específicas e uma nova gestão de atividades essenciais.

Vale destacar que as políticas de saúde pública e de educação, por exemplo, ganham força no município com a organização do Sistema Único de Saúde (SUS) e a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef). Em 2007, esse fundo foi ampliado para incluir a educação infantil e o ensino médio, sendo transformado em Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

Diante desse cenário, estados e municípios tiveram de redesenhar sua estrutura organizacional para se adequar aos novos papéis que lhes foram impostos. Na realidade, até o presente momento, muitos deles ainda não conseguiram sair do *status quo* anterior e, por isso, encontram dificuldades em se relacionar com os demais níveis de governo, com o mercado e com a sociedade civil organizada. Mesmo aqueles que tiveram um avanço maior ainda necessitam amadurecer um modelo de gestão que contemple essa nova fase de governança pública.

Um dos pontos que merecem destaque diz respeito à conscientização do seu verdadeiro papel constitucional. Na Constituição Federal, há funções exclusivas de Estado, funções não exclusivas e funções de mercado (privadas) que devem ser pensadas e assumidas como tal.

Com a promulgação da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), estados e municípios passaram a se preocupar mais com suas finanças, tanto do lado da receita quanto do lado da despesa. No entanto, o Poder Público deve estar preparado, do ponto de vista administrativo, para cumprir essa legislação. É razoável afirmar que isso

exige quadros de servidores preparados para gerenciar a máquina administrativa responsabilmente.

Nos últimos anos, no entanto, a concepção de Estado e o papel dos governos e da administração pública têm adquirido renovado interesse. Essa situação se particulariza na América Latina, onde se tornou muito evidente a constatação de que a capacidade do Estado é condição para a democracia. Sem uma adequada capacidade de fazer valer as regras e implementar as decisões tomadas pelos sujeitos políticos, ou sem assegurar o cumprimento dos direitos e deveres associados à cidadania, um regime democrático torna-se inefetivo.

Nesse contexto, a Administração Pública brasileira vem passando por transformações. Assim, a necessidade de qualificação e renovação dos quadros da administração pública passa a demandar ações de capacitação e preparação de força de trabalho para as tarefas da administração pública.

Nesse esforço de fortalecimento das capacidades estatais, iniciativas passaram a ser desenhadas, como, por exemplo, o estabelecimento de uma rede nacional de escolas de governo – articulada pela Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) – e o lançamento do Programa Nacional de Formação em Administração Pública (PNAP), no âmbito da Universidade Aberta do Brasil (UAB), que nasceu com a expectativa de atender não apenas gestores na esfera federal, mas, sobretudo, os gestores nos níveis estadual e municipal.

Dessa forma, tanto no desenho de nova estrutura organizacional quanto na gestão dos processos/atividades, União, estados e municípios necessitam de profissionais qualificados em gestão. Nesse contexto, é importante a oferta de cursos e programas de capacitação que contribuam para a efetivação das políticas públicas.

4 Universidade Aberta do Brasil: objetivos

De acordo com o Decreto n. 5.800, de 8 de junho de 2006, a UAB é um Programa que tem como objetivo primordial:

I. ampliar e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior, por meio da educação a distância, priorizando a oferta na formação inicial de professores em efetivo exercício na educação básica pública, porém ainda sem graduação, além de formação continuada àqueles já graduados;

II. ofertar cursos a dirigentes, gestores e outros profissionais da educação básica da rede pública;

III. reduzir as desigualdades na oferta de ensino superior e desenvolver um amplo sistema nacional de educação superior a distância;

IV. formar professores e outros profissionais de educação nas áreas da diversidade, objetivando a disseminação e o desenvolvimento de metodologias educacionais de inserção dos temas de áreas como educação de jovens e adultos, educação ambiental, educação patrimonial, educação para os direitos humanos, educação das relações étnico-raciais, de gênero e orientação sexual e temas da atualidade no cotidiano das práticas das redes de ensino pública e privada de educação básica no Brasil.

5 Diretoria de Educação a Distância da Capes

A Diretoria de Educação a distância (DED) da Capes objetiva fomentar e articular as instituições de ensino superior integrantes do Sistema Universidade Aberta do Brasil e seus polos de apoio, subsidiando a formulação de políticas de formação inicial e continuada de professores.

Busca apoiar a formação dos profissionais da educação por meio de concessão de bolsas e auxílios, planejamento, coordenação, fomento e avaliação dos cursos superiores na modalidade a distância pelas instituições integrantes da UAB. Fazem parte dos objetivos da Diretoria de Educação a Distância, a formulação, a implementação e a execução de políticas de expansão e interiorização de formação superior pública.

A DED, para consecução dos seus objetivos, irá articular-se com o Conselho Técnico Científico da Educação Básica (CTC-EB) na elaboração das políticas e diretrizes específicas de atuação da Capes no tocante à formação inicial e continuada de profissionais do magistério da educação básica e à construção de um sistema nacional de formação de professores.

Cabe à Diretoria o estabelecimento de diretrizes e normas para programas e cursos no âmbito do Sistema UAB e uma política institucional de estímulo à inovação em EAD; além de firmar acordos de cooperação técnica e instrumentos congêneres com as Ipes e os mantenedores de polos integrantes do Sistema UAB.

6 Caracterização regional

A UFT está distribuída em sete cidades do Estado do Tocantins abrangendo geograficamente todos os pontos cardinais do Estado. O Tocantins é o mais novo estado da federação Brasileira, foi criado com a promulgação da Constituição Brasileira, em 5 de outubro de 1988, e ocupa área de 278.420,7 km². Está situado no sudoeste da região norte do País, limitando-se ao norte com o Estado do Maranhão; a leste com os Estados do Maranhão, Piauí e Bahia; ao sul com o Estado de Goiás; e a oeste com os Estados de Mato Grosso e Pará. Embora pertença formalmente à região norte, o Estado do Tocantins encontra-se na zona de transição geográfica entre o cerrado e a Floresta Amazônica, o que lhe atribui uma riqueza de biodiversidade única.

A população do Estado de Tocantins é de aproximadamente 1.572.866 habitantes, distribuídos em 139 municípios, com densidade demográfica de 4,98 habitantes por km², possuindo ainda uma imensa área não antropizada.

Existe, no Tocantins, uma população estimada de 11.922 indígenas, distribuídos entre oito etnias (Sesai).

O Tocantins ocupa a 14^a posição no ranking brasileiro em relação ao IDHM (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal), e terceiro em relação à região Norte, com um valor de 0,699 (PNUD, 2013).

6.1 Caracterização Econômica e Financeira da Região

As principais atividades econômicas do Estado de Tocantins baseiam-se na produção agrícola, com destaque para a produção de arroz (108.740 ha), milho (121.113 ha), soja (719.356 ha), mandioca (11.827 ha) e cana-de-açúcar (35.957 ha). A pecuária também é significativa, com 8.062.227 bovinos, 273.703 mil suínos, 264.995 mil equinos e 129.263 mil ovinos (IBGE, 2014).

Outras atividades significativas são as indústrias de processamento de alimentos, de móveis e madeiras, a construção civil. O Estado possui ainda jazidas de estanho, calcário, dolomita, gipsita, fosfato e ouro.

Serviços registrou crescimento em volume de 0,7% em 2017 e teve participação de 71,8% no valor adicionado do Estado do Tocantins. Todas as atividades de Serviços tiveram variação positiva, com exceção de Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social, que caiu 2,5%; devido à

redução na saúde pública. A administração pública contribuiu também para a perda de participação do total dos serviços na economia tocantinense, já que o peso da atividade reduziu de 31,7% para 29,6%; entre 2016 e 2017 (SEFAZ, 2019).

O total das atividades industriais apresentou decréscimo em volume de 4,0% na comparação ao ano anterior, resultante da queda em suas principais atividades. Indústrias de transformação, apesar do ganho em valor relativo, teve queda em volume de 6,2% ocasionada principalmente pelas atividades de preparação de couros, fabricação de álcool e fabricação de minerais não metálicos. Construção também apresentou queda em volume (-5,5%), distribuída entre todos os segmentos da atividade, sobretudo na construção de edifícios. Em Eletricidade, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação, a retração em volume (2,7%) foi ocasionada pela redução da quantidade de energia gerada pelas principais hidrelétricas do estado (SEFAZ, 2019).

O PIB do Tocantins de 2017 alcançou o valor de R\$ 34,10 bilhões e teve crescimento em volume de 3,1%, em relação ao ano anterior. Em valores correntes, o resultado alcançado em 2017 representou um incremento de R\$ 2,5 bilhões à economia tocantinense em relação a 2016, em que o PIB foi R\$ 31,6 bilhões. O estado manteve participação de 0,5% no PIB nacional e 24ª posição entre os entes federativos. O PIB per capita de 2017, por sua vez, foi R\$ 21.998,34, contra R\$ 20.605,59 em 2016. Esses números foram divulgados nesta quinta, 14, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE - 2017).

A Agropecuária obteve a maior variação em volume entre os três grupos de atividades, 26,7%. O resultado foi decorrente do desempenho do cultivo de soja, na Agricultura, inclusive apoio à agricultura e a pós colheita; da criação de bovinos, na Pecuária, inclusive apoio à pecuária; e da silvicultura de lenha em Produção florestal, pesca e aquicultura. Devido ao crescimento em volume dessas três atividades a participação da Agropecuária na economia de Tocantins elevou-se, de 12,7% para 13,5% (SEFAZ - TO).

6.2 Caracterização Educacional da Região

Segundo dados do Censo Escolar da Secretaria Estadual de Educação do Tocantins (SEDUC, 2019), no Estado do Tocantins existem 512 escolas estaduais; 11 escolas federais; 949 escolas municipais; 174 escolas privadas, totalizando 1.655 escolas que atendem 402.681 alunos.

O índice de analfabetismo de 10 a 14 anos era de 1,9 %, e de 15 ou mais, de 12,2% (IBGE, 2011). O estado ocupa a 13ª posição no Índice de Oportunidades da Educação Brasileira (IOEB), que analisa a qualidade das oportunidades educacionais nos estados brasileiros, com uma média de 4,3, ficando apenas dois décimos abaixo da média nacional avaliada em 4,5.

Em relação ao aprendizado adequado dos alunos, o Tocantins ocupa a segunda posição da região norte, com uma média de 27% de aprendizagem em português, na competência de leitura e 18,5% de aprendizagem em matemática, na competência de resolução de problemas. O índice nacional é de 31,5% e 23%, para português e matemática, respectivamente.

O Estado conta com 26 instituições de ensino superior, sendo que destas apenas três são públicas, UFT, UNIRG e Unitins, e 47 mil estudantes matriculados no ensino superior, registrados em 2013. A evasão anual dos cursos presenciais no estado chegou a 26,8% na rede privada e 13,5% na pública. Já os cursos a distância (EAD), apresentaram uma taxa de evasão de 26,5% na rede privada e 10,6% na pública. (SEMESP, 2015).

Em 2013, o Estado do Tocantins foi responsável pela formação de 16 mil estudantes universitários, sendo 5,6 mil em cursos presenciais e 10,6 mil em cursos EAD. No mesmo ano, o Estado registrou 55 mil empregados com carteira assinada, de ensino superior completo. (SEMESP, 2015)

7 Integração e Articulação da Educação a Distância da Ipes ao Sistema Universidade Aberta do Brasil

O curso de Especialização em Gestão Pública a distância está planejado para ser ofertado nos Polos de Apoio Presencial de Araguaína (localizada no Norte do Estado) e Palmas (região central do estado).

8 Aspectos institucionais

A Universidade Federal do Tocantins (UFT), instituída pela Lei 10.032, de 23 de outubro de 2000, vinculada ao Ministério da Educação, é uma entidade pública destinada à promoção do ensino, pesquisa e extensão, dotada de autonomia didático científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, em consonância com a legislação vigente.

Mesmo criada em 2000, a UFT iniciou suas atividades a partir de maio de 2003, com a posse dos primeiros professores efetivos e a transferência dos cursos de graduação regulares da Universidade do Tocantins (Unitins), mantida pelo Estado do Tocantins. Em abril de 2001, foi nomeada a primeira Comissão Especial de Implantação da Universidade Federal do Tocantins pelo então Ministro da Educação, Paulo Renato, por meio da Portaria de nº 717, de 18 de abril de 2001. Essa comissão, entre outros, teve o objetivo de elaborar o Estatuto e um projeto de estruturação com as providências necessárias para a implantação da nova universidade. Como presidente dessa comissão foi designado o professor doutor Eurípedes Vieira Falcão, ex-reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Depois de dissolvida a primeira comissão designada com a finalidade de implantar a UFT, em abril de 2002, uma nova etapa foi iniciada. Para essa nova fase, foi assinado em julho de 2002, o Decreto de nº 4.279, de 21 de junho de 2002, atribuindo à Universidade de Brasília (UnB) competências para tomar as providências necessárias à implantação da UFT. Para tanto, foi designado o professor doutor Lauro Morhy, na época reitor da Universidade de Brasília, para o cargo de reitor pro tempore da UFT.

Em julho do mesmo ano, foi firmado o Acordo de Cooperação nº 1/02, de 17 de julho de 2002, entre a União, o Estado do Tocantins, a Unitins e a UFT, com interveniência da Universidade de Brasília, com o objetivo de viabilizar a implantação definitiva da Universidade Federal do Tocantins. Com essas ações, iniciou-se uma série de providências jurídicas e burocráticas, além dos procedimentos estratégicos que estabeleciam funções e responsabilidades a cada um dos órgãos representados.

Com a posse dos professores, foi desencadeado o processo de realização da primeira eleição dos diretores de câmpus da Universidade. Já finalizado o prazo dos trabalhos da comissão comandada pela UnB, foi indicada uma nova comissão de implantação pelo Ministro Cristovam Buarque. Na ocasião, foi convidado para reitor pro tempore o professor Dr. Sérgio Paulo Moreyra, professor titular aposentado da Universidade Federal de Goiás (UFG) e assessor do Ministério da Educação. Entre os membros dessa comissão, foi designado, por meio da Portaria nº 002, de 19 de agosto de 2003, o professor mestre Zezuca Pereira da Silva, também professor titular aposentado da UFG para o cargo de coordenador do Gabinete da UFT.

Essa comissão elaborou e organizou a minutas do Estatuto, Regimento Geral e o processo de transferência dos cursos da Universidade do Estado do

Tocantins (Unitins), que foram submetidos ao Ministério da Educação e ao Conselho Nacional de Educação (CNE). Foram criadas as comissões de Graduação, de Pesquisa e Pós-graduação, de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários e de Administração e Finanças. Essa comissão ainda preparou e coordenou a realização da consulta acadêmica para a eleição direta do Reitor e do Vice-Reitor da UFT, que ocorreu no dia 20 de agosto de 2003, na qual foi eleito o professor Alan Barbiero.

No ano de 2004, por meio da Portaria nº 658, de 17 de março de 2004, o ministro da educação, Tarso Genro, homologou o Estatuto da Fundação, aprovado pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), o que tornou possível a criação e instalação dos Órgãos Colegiados Superiores: Conselho Universitário (Consuni) e o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Consepe).

Com a instalação desses órgãos foi possível consolidar as ações inerentes à eleição para Reitor e Vice-reitor da UFT, conforme as diretrizes estabelecidas pela lei nº. 9.192/95, de 21 de dezembro de 1995, que regulamenta o processo de escolha de dirigentes das instituições federais de ensino superior por meio da análise da lista tríplice. Com a homologação do Estatuto da Fundação Universidade Federal do Tocantins, também foi realizada a convalidação dos cursos de graduação e os atos legais praticados até aquele momento pela Fundação Universidade do Tocantins (Unitins). Por meio desse processo, a UFT incorporou todos os cursos de graduação e também o curso de Mestrado em Ciências do Ambiente, que já era ofertado pela Unitins, bem como, fez a absorção de mais de oito mil alunos, além de materiais diversos como equipamentos e estrutura física dos câmpus já existentes e dos prédios que estavam em construção.

A história desta Instituição, assim como todo o seu processo de criação e implantação, representa uma grande conquista ao povo tocaninense. É, portanto, um sonho que vai, aos poucos, se consolidando numa instituição social voltada para a produção e difusão de conhecimentos, para a formação de cidadãos e profissionais qualificados, comprometidos com o desenvolvimento social, político, cultural e econômico da Nação.

Com uma estrutura multicampi a UFT se encontra de norte a sul do Estado e conta com sete câmpus, implantados nas cidades de: Araguaína, Arraias, Gurupi, Miracema, Palmas, Porto Nacional e Tocantinópolis.

Nesse período de 17 anos de existência, houve uma expressiva ampliação na área construída da Universidade, de 41.069,60m², em 2003, para mais

de 146.000 m2 em 2015. Em número de alunos passamos de 7.283 em 2003, para mais de 20.000 alunos em 2015.

A UFT é a mais importante instituição pública de ensino superior do Estado, em termos de dimensão e desempenho acadêmico. Atualmente, a Universidade oferece 64 cursos de graduação presenciais nos sete câmpus. Na modalidade a distância, são mais 05 cursos de graduação; além de 34 cursos de mestrado e 07 cursos de doutorados, reconhecidos pela Capes, e ainda vários cursos de especialização lato sensu presenciais, atendendo o total de 16.481 alunos.

8.1 Missão e Objetivos Estratégicos e Institucionais

A Universidade Federal do Tocantins vem se estruturando para fortalecer suas áreas de planejamento e gestão, de modo a criar uma cultura administrativa que se aproveite das oportunidades e minimize as ameaças do ambiente externo.

A Pró-Reitoria de Avaliação e Planejamento (Proap) conduziu no ano de 2014, os trabalhos para a elaboração do Planejamento Estratégico da Universidade para o período de 2014 a 2022, através de reuniões na sede da Reitoria, na cidade de Palmas, onde houve a participação ampla dos diferentes setores da Universidade. O trabalho resultou em um documento institucional que descreve todo o processo metodológico e resultados alcançados; estes, considerando as dez dimensões avaliadas pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes). A partir destes resultados foi construída a estratégia de elaboração do PDI para o período de 2016 a 2020, descrito mais adiante.

Neste Planejamento Estratégico foram redefinidos para os próximos nove anos (2014 a 2022), a missão, visão e valores da UFT, que representam sua identidade institucional com o objetivo de promover a convergência de esforços humanos, materiais e financeiros, regendo e inspirando a conduta e os rumos da Instituição com vistas ao cumprimento do seu PDI. Pois, esta tríade (missão, visão e valores), serve de guia para os comportamentos, as atitudes e as decisões dos membros da comunidade acadêmica, no exercício das suas responsabilidades, ao buscar o cumprimento da missão, na direção da visão Institucional. Na Figura 01, pode ser observado o mapa estratégico da UFT.

8.2 Missão da UFT

Formar profissionais cidadãos e produzir conhecimento com inovação e qualidade que contribuam para o desenvolvimento socioambiental do Estado do Tocantins e da Amazônia Legal.

8.3 Visão da UFT

Ser reconhecida nacionalmente até 2022, pela excelência no ensino, pesquisa e extensão.

8.4 Valores da UFT

Para a promoção da missão a UFT declara e promove os seguintes valores:

- Respeito à vida e à diversidade;
- Transparência;
- Comprometimento com a qualidade;
- Criatividade e inovação; • Responsabilidade social;
- Equidade.

8.5 Grandes Pilares Estratégicos

- Atuação sistêmica;
- Articulação com a sociedade;
- Aprimoramento da gestão;
- Valorização humana.



Figura 1: mapa estratégico da Universidade Federal do Tocantins. Fonte: PDI.

8.6 Descrição dos objetivos, metas, ações estratégicas e cronograma de desenvolvimento

Os resultados alcançados no Planejamento Estratégico serviram de base na elaboração do PDI, período 2016 a 2020. Para isso foi confeccionada uma matriz (Figura 02) que serviu como base o Instrumento de Avaliação Institucional Externa, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), que contempla os cinco eixos do Sinaes. Sendo estes:

Eixo Nº 01 – Planejamento e Avaliação Institucional (dimensão Sinaes 8 – Planejamento e Avaliação);

Eixo Nº 02 – Desenvolvimento Institucional (dimensões Sinaes 1 – Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional e 3 - Responsabilidade Social da Instituição);

Eixo Nº 03 – Políticas Acadêmicas (dimensões Sinaes 2 – Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão, 4 – Comunicação com a sociedade e 9 – Políticas de Atendimento aos Discentes);

Eixo Nº 04 – Políticas de Gestão (dimensões Sinaes 5 – Política de Pessoal, 6 – Organização e Gestão da Instituição e 10 – Sustentabilidade;

Eixo Nº 05 – Infraestrutura Física (dimensão Sinaes 7 - Infraestrutura Física).

Após a definição dos eixos estratégicos, tornou-se imprescindível um processo de monitoramento e avaliação deve ser posto em prática para assegurar que a organização gerencie a estratégia continuamente. O monitoramento proporcionará a informação necessária para avaliar o desempenho da Instituição, permitindo realizar ajustes ao longo de sua execução. Tanto o monitoramento quanto a avaliação são funções de gestão indispensáveis que ajudam a fortalecer o planejamento das instituições e a melhorar a efetividade das ações e intervenções.

A partir de então, a Matriz-PDI será monitorada por meio dos indicadores das ações e avaliada anualmente, para verificação, execução, revisão/readequação das ações com base no rol de recomendações oriundas dos mecanismos de Avaliação Institucional.

Como parte do processo de monitoramento também será realizada o gerenciamento de riscos diante dos objetivos traçados. O risco refere-se à incerteza que cerca eventos e resultados futuros. E a expressão da probabilidade e do impacto de um evento que tem potencial para influenciar a consecução dos objetivos de uma Organização.

8.7 Área de atuação acadêmica

O investimento em ensino, pesquisa e extensão na UFT busca sintonia com as especificidades da Amazônia Legal, demonstrando, sobretudo, o compromisso social desta Universidade. Foram elencadas, assim, cinco áreas prioritárias de atuação:

8.7.1 Identidade, Cultura e Territorialidade

As diversas formas de territorialidade no Tocantins são pesquisadas na UFT. Por meio de grupos de pesquisa e programas de pós-graduação, as ocupações dos espaços por indígenas e afrodescendentes, entre outros grupos, vêm sendo conhecidas. Revelam múltiplas identidades e diversas manifestações culturais presentes na realidade do Estado.

8.7.2 Agropecuária e meio ambiente

Considerando que o Tocantins tem desenvolvido o cultivo de grãos e frutas e investido na expansão do mercado de carne – ações que atraem investidores de várias regiões do Brasil – a UFT vem contribuindo para a adoção de novas tecnologias nestas áreas. Com o foco ampliado tanto para o pequeno quanto para o grande produtor, busca-se uma agropecuária sustentável, com elevado índice de exportação e a consequente qualidade de vida da população rural.

8.7.3 Biodiversidade e Mudanças Climáticas

Tendo em vista a riqueza e a diversidade natural da região Amazônica, os estudos da biodiversidade e das mudanças climáticas merecem destaque. A UFT possui um papel fundamental na preservação dos ecossistemas locais, viabilizando estudos das regiões de transição entre grandes ecossistemas brasileiros presentes no Tocantins – Cerrado, Florestas Amazônica, Pantanal e Caatinga, que caracterizam o Estado como uma região de ecótonos.

8.7.4 Educação

O Tocantins possui uma população bastante heterogênea, que agrupa tribos indígenas e uma significativa população rural. A UFT tem, portanto, o compromisso com a melhoria do nível de escolaridade do Estado, oferecendo uma educação participativa e inclusiva. Dessa forma a Universidade tem desenvolvido ações voltadas para a educação indígena, educação rural e de jovens e adultos.

8.7.5 Fontes de Energia Renováveis

Diante da perspectiva de escassez das reservas de petróleo até 2050, o mundo busca fontes de energia alternativa socialmente justas, economicamente viáveis e ecologicamente corretas. Neste contexto, a UFT desenvolve pesquisas nas áreas de energia renovável, com ênfase no estudo de sistemas híbridos – fotovoltaica/energia de hidrogênio – e biomassa, visando definir protocolos capazes de atender as demandas da Amazônia Legal.

Para atendimento das áreas citadas anteriormente a UFT oferece cursos de graduação e pós graduação nos seus sete câmpus (Figura 03).



Figura 03: Distribuição geográfica da UFT. Fonte: PROGRAD, 2015

8.8 Estrutura Organizacional

Segundo o Estatuto da UFT, a estrutura organizacional da UFT é composta por:

Assembleia Universitária: constituída pelos membros dos corpos docente, discente e técnico-administrativo.

Conselho Universitário - CONSUNI: órgão deliberativo da UFT destinado a traçar a política universitária. É um órgão de deliberação superior e de recurso. Integram esse conselho o Reitor, Pró-reitores, Diretores de câmpus e representante de alunos, professores e técnico-administrativos; seu Regimento Interno está previsto na Resolução CONSUNI 16/2015.

Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE: órgão deliberativo da UFT em matéria didático-científica. Seus membros são: Reitor, Pró-reitores, Coordenadores de Curso e representante de alunos, professores e técnico-

administrativos; seu Regimento Interno está previsto na Resolução – CONSUNI 16/2015.

Reitoria: órgão executivo de administração, coordenação, fiscalização e superintendência das atividades universitárias. Está assim estruturada: Gabinete do reitor, Pró-reitorias, Procuradoria Jurídica, Assessorias Especiais, Diretorias, Prefeitura Universitária, Copese, Hospitais Universitários, Institutos, Fundação de Pesquisa e Editora Universitária.

Conselho de Desenvolvimento: órgão consultivo da Universidade, que tem por finalidade estabelecer uma relação de parceria com a sociedade e promover o desenvolvimento da UFT e do Estado do Tocantins. Formado pelo Reitor; por um representante do setor industrial do Estado do Tocantins; por um representante do setor de comércio e serviços; por um representante agropecuário do Estado; por um representante das pequenas e microempresas; por um representante da imprensa; por um representante do Governo do Estado; por um representante do Legislativo do Tocantins; por um representante do Sindicato dos Trabalhadores; por um representante do fórum dos movimentos sociais; por um representante dos discentes; por um representante dos docentes e por um representante dos técnico-administrativos.

Conselho Diretor: é o órgão dos câmpus com funções deliberativas e consultivas em matéria administrativa. De acordo com a Resolução CONSUNI 16/2015, o Conselho Diretor é formado pelo Diretor do câmpus, seu presidente; pelos Coordenadores de Curso; por 15% de discentes; por 15% dos servidores técnico-administrativos.

Diretor de Câmpus: docente eleito pela comunidade universitária do câmpus para exercer as funções previstas no art. 26 do Estatuto da UFT e é eleito pela comunidade universitária, com mandato de 4 (quatro) anos, dentre os nomes de docentes integrantes da carreira do Magistério Superior de cada câmpus.

Considerando a estrutura multicâmpus, foram criadas sete unidades universitárias denominadas de câmpus universitários.

9 Concepção do Curso de Especialização em Gestão Pública

O Curso de Especialização em Gestão Pública será ofertado na modalidade de Educação a Distância, a qual não deve ser reduzida a questões metodológicas, ou de gerenciamento, ou como possibilidade apenas de emprego de

Novas Tecnologias da Comunicação (NTCs) na prática docente e no processo formativo dos estudantes.

Não existe uma metodologia de Educação a Distância (EaD) e menos ainda um “modelo” único de oferta de cursos a distância. Cada instituição, ao longo desses anos, vem construindo sua experiência em EaD e moldando a modalidade, dando-lhe uma cara própria, calcada na realidade local e na trajetória da instituição e dos profissionais que atuam na EaD.

Este curso nessa modalidade, oferecido pela UFT utilizará como metodologia, na vídeo-aula as seguintes técnicas: - vídeo-aula expositiva; - entrevistas; - enquetes; - utilização de filmes; - material didático impresso; - entre outras; e nas aulas presenciais técnicas como: - aula expositiva; - dinâmica de grupos; - seminários; - entre outras técnicas que se fizerem necessárias a cargo do docente e da disciplina.

9.1 A organização do sistema de EaD

Estamos vivendo um período histórico de “crise”, de “transição”, onde modelos e paradigmas tradicionais de compreensão e explicação da realidade estão sendo revistos enquanto outros estão emergindo. As teorias clássicas no campo da educação não dão mais conta da complexidade do fenômeno e da prática educativa.

O paradigma positivista precisa ser totalmente substituído por um outro ou outros. Os atuais paradigmas educacionais falam da necessidade da participação, da construção do conhecimento, da autonomia de aprendizagem, de currículo aberto, de redes de conhecimentos, da interconectividade dos problemas, das relações.

A EaD, neste sentido, oferece possibilidades de uma nova prática educativa e social, por suas características e sua forma de organizar a aprendizagem e os processos formativos.

Exige, pois, uma *organização de apoio institucional* e uma *mediação pedagógica* que garantam as condições necessárias à efetivação do ato educativo. Pois, na EaD, quem ensina não é um professor, mas uma instituição”. Trata-se de uma ação mais complexa e coletiva em que todos os sujeitos do processo ensino e aprendizagem estão envolvidos direta ou indiretamente: de quem vai conceber e elaborar o material didático a quem irá cuidar para que este chegue às mãos do estudante, do coordenador de curso ao orientador (tutor), do autor ao tecnólogo educacional (*instrucional designer*), do editor ao artista gráfico (*web designer*).

A EaD deve ser pensada, então, e implementada pela “instituição ensinante” numa perspectiva sistêmica. A metáfora da rede traduz bem esta nova visão da organização do trabalho pedagógico.

- *O estudante*: aluno matriculado no curso e que irá estudar “a distância”;
- *Professores autores*: responsáveis pela produção dos Textos de Apoio;
- Professores “especialistas”: responsáveis pela oferta de determinada disciplina no curso;
- Professores pesquisadores:
- *Tutores/Orientadores a distância*: orientador acadêmico com formação superior adequada que será responsável pelo atendimento dos estudantes via meios tecnológicos de comunicação (telefone, e-mail, teleconferência, etc)
- *Tutores/Orientadores presencial*: orientador acadêmico com formação superior adequada que será responsável pelo atendimento dos estudantes nos pólos municipais de apoio presencial, quais sejam: Palmas e Araguaína.
- *Equipe de apoio tecnológico e de logística*
- *O material didático*: o elo de diálogo do estudante com o autor, com o professor, com o tutor/orientador;
- *O Núcleo/Centro/ Secretaria de Educação a Distância*: em que atua a equipe pedagógica do curso, composta por professores e técnicos de diferentes áreas do conhecimento, responsável pela gestão do projeto pedagógico do curso e/ou da modalidade;
- *Pólos de Apoio Presencial*, onde se oferece ao cursista estrutura de apoio ao desenvolvimento de suas atividades no curso.

Os alunos receberão material de cada disciplina, que será acompanhado online pela Plataforma Moodle. Isto poderá ser combinado com encontros presenciais, cujas atividades de avaliações (provas), quando necessárias, poderão ser aplicadas presencialmente.

9.2 Diretrizes metodológicas para formação do curso

A proposta metodológica adotada neste curso considera as seguintes diretrizes:

I. temas e conteúdos que reflitam os contextos vivenciados pelos educandos, nos diferentes espaços de trabalho e, também, nas esferas local e regional;

II. enfoque crítico e pluralista no tratamento dos temas e conteúdos;

III. produção de conhecimento aplicado à solução de problemas no âmbito da gestão pública, enfatizando o caráter instrumental do curso, em especial com o uso de estudo de casos.

Em síntese, as diretrizes do curso devem oportunizar formação que privilegie competências profissionais, sociais e políticas baseadas nos aspectos:

▣ técnico-científico, condizente com as exigências que a gestão pública contemporânea impõe; e

▣ ético-humanístico e político-social, que a formação do cidadão e do gestor público requer.

9.3 Concepção pedagógica do curso

A concepção do Curso de Especialização em Gestão Pública está voltada para a formação de profissionais capazes de atuar no contexto da gestão pública à luz da ética, de modo a contribuir para o alcance dos objetivos das organizações governamentais e não governamentais, visando o desenvolvimento socioeconômico inclusivo.

9.3.1 Objetivo geral

Capacitar os participantes a atuarem como gestores e analistas das políticas governamentais nos seus processos de formulação, implementação e avaliação e nas atividades administrativas e de prestação de serviços das organizações públicas.

9.3.2 Objetivos específicos

- Desenvolver competências e habilidades de articulação e negociação com atores sociais e políticos e com dirigentes e técnicos de outras organizações, no seu ambiente de atuação;

- Assimilar conhecimento teórico e aplicado atualizado para diagnóstico e solução de problemas de política e de gestão das organizações públicas;
- Aplicar os modelos e instrumentos do planejamento estratégico e de gestão no contexto das organizações públicas com vistas à melhoria de seu desempenho, efetividade e legitimidade;
- Desenvolver a sensibilidade e capacidade de incorporação das dimensões e aspectos éticos na atuação como gestor público.

9.4 Organização curricular

O curso foi estruturado em dois módulos. O módulo básico contempla disciplinas comuns a todos os cursos de especialização em gestão e o módulo específico apresenta disciplinas alinhadas aos objetivos de cada um dos cursos.

9.4.1 Módulo Básico

O Módulo Básico é composto por seis disciplinas/atividades de 30 horas, perfazendo um total de 180 horas:

Ord.	Disciplinas / Atividades	C. H.
1	Introdução a EAD	30
2	Política e Sociedade	30
3	Políticas Públicas	30
4	Gestão Pública	30
5	Metodologia da Pesquisa	30
6	TCC	30
–	TOTAL DE HORAS	180

A função do Módulo Básico é propiciar ao estudante uma visão abrangente e atualizada das disciplinas que fundamentam a gestão pública contemporânea, contextualizando a sua aplicação na realidade brasileira e internacional. Esse referencial lhe permitirá compreender melhor, ao longo do Módulo Específico, os problemas e questões da atuação do Estado contemporâneo e sua Administração Pública.

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) constitui item de realização obrigatória para a integralização curricular do curso de Especialização em Gestão Pública UAB/UFT. Ele deve possibilitar a integração reflexiva dos conhecimentos de gestão, experimentados e apreendidos ao longo do curso, bem como propiciar ao estudante uma iniciação íntegra no contexto da pesquisa científica.

O desenvolvimento de pesquisa, redação e edição de texto final e apresentação pública, cujo texto final pretendido terá o formato de artigo, excetuando-se casos especiais a serem julgados pela Coordenação de TCC. A nota mínima de aprovação após defesa pública é sete (7,0).

9.4.2 Módulo Específico

O Módulo Específico em Gestão Pública é composto por quatro disciplinas de 30 horas e duas de 45 horas, perfazendo um total de 210 horas:

Ord .	Disciplina	C. H.
7	Orçamento e Finanças Governamentais	30
8	Planejamento Estratégico e Gestão de Projetos	30
9	Licitações, Contratos e Convênios	30
10	Estruturas, Processos e Arranjos Organizacionais	45
11	Gestão de Pessoas	30
12	Governo Digital	45
–	TOTAL DE HORAS DO MÓDULO	210

9.4.3 Cronograma da oferta das Disciplinas

Ord	Disciplina	c/h	Período
1	Introdução a EAD	30	01 a 31/05/2021
2	Política e Sociedade	30	01 a 30/06/2021
3	Políticas Públicas	30	01 a 31/07/2021
4	Gestão Pública	30	01 a 31/08/2021
5	Orçamento e Finanças Governamentais	30	01 a 30/09/2021

6	Metodologia da Pesquisa	30	01/10/2021 a 14/03/2022
7	TCC	30	01/10/2021 a 30/07/2022
8	Planejamento Estratégico e Gestão de Projetos	30	15/10 a 14/11/2021
9	Licitações, Contratos e Convênios	30	15/11 a 14/12/2021
10	Estruturas, Processos e Arranjos Organizacionais	45	15/12/2021 a 14/01/2022
11	Gestão de Pessoas	30	15/01 a 14/02/2022
12	Governo Digital	45	15/02 a 14/03/2022
	Período de defesa de TCC		15/03 a 31/09/2022

9.4.4 Ementário

Disciplina 1 – Introdução a EAD – 30h

EMENTA
Dinâmica de Integração em diferentes ambientes. Organização de sistemas de EAD: processos de comunicação, processos de tutoria e avaliação. Relação dos sujeitos da prática pedagógica no contexto da EAD. Ambientes Virtuais de Ensino Aprendizagem (AVEA): estratégias de interação. Metodologias Digitais.
REFERÊNCIAS BÁSICAS
CORRÊA, Denise Mesquita. Introdução à educação a distância e AVEA . 2. ed. Florianópolis: IFSC, 2014.
HACK, Josias Ricardo. Introdução à educação a distância . Florianópolis: LLV/CCE/UFSC, 2011.
VIDAL, Eloísa Maia; MAIA, José Everardo Bessa. Introdução à educação a distância . Fortaleza: RDS Editora, 2010.
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

LITTO, Fredric M.; FORMIGA, Marcos. **Educação a Distância**: o estado da arte. São Paulo: Pearson Education Brasil, 2009.

MACHADO, Dinamara Pereira; MORAES, Márcio Gilberto de Souza. **Educação a Distância**: fundamentos, tecnologias, estrutura e processo de ensino aprendizagem. São Paulo: Saraiva, 2015.

MORAN, José Manuel; VALENTE, José Armando. **Educação a distância**: pontos e contrapontos. São Paulo: SUMMUS, 2011.

SALES, Mary Valda Souza; VALENTE, Vânia Rita; ARAGÃO, Claudia. **Educação e tecnologias da informação e comunicação**. Salvador: UNEB/EAD, 2010.

SIEBRA, Sandra de Albuquerque; MACHIAVELLI, Josiane Lemos. **Introdução à educação a distância e ao ambiente virtual de aprendizagem**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2015.

Disciplina 2 – Política e Sociedade – 30h

EMENTA

Formas de governo e regimes políticos. Estado e desenvolvimento. Federalismo.

Estado e sociedade no Brasil: participação social. Representação política e sistemas partidários: processo eleitoral brasileiro. Sistema político e instituições públicas brasileiras: presidencialismo de coalizão; relações entre os poderes; e judicialização da política.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

AVELAR, Lúcia; CINTRA, Antônio Octávio (org.). **Sistema político brasileiro: uma introdução**. 3. ed. Rio de Janeiro: Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung; São Paulo: Fundação UNESP, 2015.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Construindo o Estado Republicano**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

EVANS, Peter. **Autonomia e parceria**: estados e transformação industrial. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. 13. ed. Brasília: UNB, 2010.

BOBBIO, Norberto. **Estado, governo, sociedade**: para uma teoria geral da política. 13. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

RIBEIRO, João Ubaldo. **Política**: quem manda, por que manda, como manda. São Paulo: Objetiva, 2010.

SANTOS, Reginaldo Souza. **Administração política como campo do conhecimento**. São Paulo: Hucitec, 2010.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. Brasília: UnB, 2012.

Disciplina 3 – Políticas Públicas

EMENTA

Modelos de decisão e o papel dos atores políticos: parlamentos, partidos, grupos de interesse, estruturas institucionais e mídia. O ciclo das políticas públicas: formulação, implementação, acompanhamento e avaliação. A participação da sociedade no ciclo das políticas públicas. Globalização e políticas públicas. Tendências e questões atuais neste campo de estudo.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de (org.). **Implementação de Políticas Públicas**. Teoria e Prática. Belo Horizonte: PUC MINAS, 2012.

SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Eliane (org.). **Políticas Públicas**. Coletânea. Brasília: ENAP, 2006. v. 1 e 2. Parcialmente disponível em: http://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/1254/1/cppv1_0101_saravia.pdf.

WU, Xu; RAMESH, M.; HOWLETT, Michael; FRITZEN, Scott. **Guia de políticas públicas**: gerenciando processos. Brasília: Enap, 2014. Disponível em: <http://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/2555/1/Guia%20de%20Pol%C3%ADticas%20P%C3%ABlicas%20Gerenciando%20Processos.pdf>.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

HEIDEMANN, Francisco G.; SALM, José Francisco (orgs.). **Políticas públicas e desenvolvimento**: bases epistemológicas e modelos de análise. Brasília: UnB, 2014.

HOCHMAN, Gilberto; ARRETCHE Marta; MARQUES, Eduardo (orgs.). **Políticas públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007.

HOWLETT, Michael; RAMESH, M.; PERL, Anthony. **Políticas públicas**: seus ciclos e subsistemas: uma abordagem integral. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

LUBAMBO, Cátia W.; COELHO, Denilson B.; MELO, Marcus André (org.). **Desenho institucional e participação política**: experiências no Brasil contemporâneo. Petrópolis: Vozes, 2005.

SOUZA, Celina; DANTAS NETO, Paulo Fábio (orgs.). **Governo, Políticas Públicas e Elites Políticas nos Estados Brasileiros**. Rio de Janeiro: Revan, 2015.

Disciplina 4 – Gestão Pública

EMENTA

Gestão pública como campo interdisciplinar. Teorias e modelos da Administração Pública: a visão clássica da dicotomia entre política e administração; as abordagens políticas da administração pública; a “Nova Gestão Pública”; a abordagem da governança e do setor público não estatal. Transparência, *accountability* e *responsiveness*: as relações entre demandas, políticas, ação governamental, controles e resultados. Experiências de inovação e reforma administrativa na união e nos entes federados brasileiros: desburocratização, regulação, descentralização, parcerias, participação social e governo eletrônico.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

COSTIN, Claudia. **Administração Pública**. São Paulo: Elsevier Brasil, 2010.

DENHARDT, Robert B.; CATLAW, Thomas J. **Teorias da administração pública**. 7. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2016.

PETERS, B. Guy; PIERRE, Jon (orgs.). **Administração pública**: Coletânea. São Paulo: UNESP; Brasília: ENAP, 2010.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos; SPINK, Peter (orgs.). **Reforma do estado e administração pública gerencial**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

FREDERICKSON, H. George; SMITH, Kevin B.; LARIMER, Christother W.; LICARI, Michael J. **The public administration theory primer**. Oxford: Westview Press, 2011.

JACOBI, Pedro; PINHO, José Antônio (orgs.). **Inovação no campo da gestão pública local**. Novos desafios, novos patamares. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

PAULA, Ana Paula Paes de. **Por uma nova gestão pública**: limites e possibilidades da experiência contemporânea. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

TORRES, Marcelo Douglas de Figueiredo. **Fundamentos de administração pública brasileira**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2012.

Disciplina 5 – Metodologia da Pesquisa

EMENTA

Ética em pesquisa, comitê de ética e plágio acadêmico. Delimitação do objeto de pesquisa: tema, problema, justificativa e objetivos; Revisão da literatura: estado da arte do problema. Estratégias metodológicas da pesquisa: (i) a complementariedade das abordagens qualitativa e quantitativa; (ii) tipos de pesquisa com ênfase em estudo de casos e projetos de intervenção; (iii) técnicas e instrumentos de levantamento de dados; (iv) tratamento, análise e apresentação dos resultados. Orientações e Normatizações para Redação Científica (uso da ABNT).

REFERÊNCIAS BÁSICAS

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

RICHARDSON, Roberto Jarry *et al.* **Pesquisa social**: métodos e técnicas. 3. ed. rev. ampl. São Paulo: Atlas, 2007.

VERGARA, Sylvia Constant. **Métodos de Pesquisa em Administração**. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora Atlas, 2015.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa**: métodos qualitativo, quantitativo e misto. Tradução Magda Lopes. 3. ed. Porto Alegre: ARTMED, 2010. 296 p.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

SAMPIERI, Roberto Hernandez; COLLADO, Carlos Fernandez; LUCIO, Maria Del Pilar Baptista. **Metodologia de Pesquisa**. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. rev. e atualizada. São Paulo: Cortez, 2007.

YIN, Robert. **Estudo de Caso**: Planejamento e Métodos. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

Disciplina 6 – TCC - Trabalho de Conclusão de Curso

Ementa: Estudo e pesquisa sobre um tema de natureza da Gestão Pública, delimitado a partir do processo de formação no curso. Redação e apresentação do trabalho de conclusão de curso.

Bibliografia Básica

SEVERINO, Antonio Joaquim. *Metodologia da Pesquisa*. Cortez, São Paulo, 2002.

TEIXEIRA, Elizabeth. *As três metodologias: acadêmica, da ciência e da pesquisa*. 2ª edição. Petrópolis-RJ: Vozes, 2006.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS, SISTEMAS DE BIBLIOTECA. Manual de normalização para elaboração de trabalhos acadêmico-científicos da Universidade Federal do Tocantins. UFT, Sisbib. Palmas. TO: UFT, 2017.

Bibliografia Complementar

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. Disponível em: <http://www.downgratis.com/dicas/normas-tecnicas-abnt-atualizado/> Acesso em 05/11/2012.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino; Silva, Roberto da. *Metodologia Científica*. 6ª Ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

ECO, Umberto. *Como se faz uma tese*. 25ª edição. São Paulo: Perspectiva, 2010.

Disciplina 7 – Orçamento e Finanças Governamentais

EMENTA

Atividade financeira do Estado: falhas do mercado; funções do governo. Política fiscal, atividade econômica e finanças públicas: tributação e gasto público. Necessidade de financiamento do setor público, *déficits* e dívida pública. Planejamento Orçamentário: Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA). Experiências de Orçamento Participativo. Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e Lei de Crimes Fiscais. Controle social e transparência. Estudos de casos aplicados.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

GIAMBIAGI, Fábio; ALEM, Ana Cláudia Duarte. **Finanças públicas**: teoria e prática no Brasil. 5. ed. rev. atual. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016.

GIACOMONI, James. **Orçamento público**. 17. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

PADOVEZE, Clóvis Luís. **Planejamento Orçamentário**. 3. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2015.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

CREPALDI, Silvio. **Orçamento Público**: Planejamento, Elaboração e Controle. São Paulo: Saraiva, 2013.

GRUBER, Jonathan. **Finanças Públicas e Política Pública**. Rio de Janeiro: LTC, 2009.

ROSEN, Harvey S.; GAYER, Ted. **Finanças Públicas**. Porto Alegre: MGH, 2015.

MATIAS-PEREIRA, José. **Finanças Públicas**: A política Orçamentária no Brasil. 4. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2009.

REZENDE, Fernando; CUNHA, Armando (orgs.). **A reforma esquecida**: orçamento, gestão pública e desenvolvimento. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

Disciplina 8 – Planejamento Estratégico e Gestão de Projetos

EMENTA

Planejamento Estratégico: conceitos, modelos, etapas e instrumentos. Elaboração, acompanhamento e avaliação de projetos. Técnicas e instrumentos: redes de programação, cronogramas e orçamento financeiro. Equipe e estruturas de organização de projetos. Prospecção de fontes de financiamento. Relatórios de desempenho. Encerramento físico-financeiro de projetos. Estudos de casos aplicados.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

MINTZERG, Henry. **Safari de Estratégia**: Um Roteiro pela Selva do Planejamento Estratégico. 2. ed. São Paulo: Bookman, 2010.

MOORE, Mark H. **Criando Valor Público**: gestão estratégica no governo. Rio de Janeiro: Letras & Expressões; Brasília: Enap, 2002.

PRADO, Darci. **Planejamento e Controle de Projetos**. 8. ed. Nova Lima: Ed. Falconi, 2014.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

ANDRADE, Arnaldo Rosa de. **Planejamento Estratégico**: Formulação, Implementação e Controle. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

CONTADOR, Cláudio R. **Projetos sociais**: avaliação e prática. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. **Planejamento Estratégico**: Conceitos, Metodologia e Práticas. 33. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

PMI. **Um Guia do Conhecimento em Gerenciamento de Projetos**. 6. ed. Brasília: PMI do Brasil, 2017.

TCU. **Guia de Referência do Sistema de Planejamento e Gestão**. Brasília: Tribunal de Contas da União, Seplan, 2008.

Disciplina 9 – Licitações, Contratos e Convênios

EMENTA

Licitação: aspectos gerais, princípios constitucionais, dispensa e inexigibilidade. O processo de licitação: modalidades, fases, revogação, invalidação e controle. Registro de Preços. Regime Diferenciado de Contratação. Uso do poder de compra e a sustentabilidade nas licitações. Gestão de Contratos. Modalidades de contratos administrativos. Terceirização. Convênios. Planejamento de compras governamentais e Gestão de Suprimentos na administração pública. Análise da Legislação Local. Estudos de casos aplicados.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

JUSTEN FILHO, Marçal. **Comentários à lei de licitações e contratos administrativos**. 17. ed. São Paulo: RTB, 2016.

MOTTA, Carlos Pinto Coelho. **Eficácia nas licitações e contratos**. 12. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2011.

TOLOSA FILHO, Benedito de. **Licitações, Contratos e Convênios**. Curitiba: Juruá, 2016.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito administrativo**. 29. ed. São Paulo, Atlas, 2016.

FERNANDES, Jorge Ulisses Jacoby. **Vade-Mécum de Licitações e Contratos**. 7. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2016.

GASPARINI, Diógenes. **Direito administrativo**. 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

JUSTEN FILHO, Marçal. **Curso de direito administrativo**. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Curso de direito administrativo**. 33. ed. São Paulo: Malheiros, 2018.

Disciplina 10 – Estruturas, Processos e Arranjos Organizacionais

EMENTA

Organização e mudança. Desenho organizacional. Condicionantes e componentes da estrutura organizacional. Centralização e descentralização. Alinhamento de estruturas, sistemas e processos organizacionais. Tendências atuais em desenhos e arranjos organizacionais. Estudos de casos aplicados.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

BALLESTERO-ALVAREZ, Maria Esmeralda. **Manual de Organização, Sistemas e Métodos**. São Paulo: Atlas, 2015.

CRUZ, Tadeu. **Sistemas, Métodos e Processos**: administração organizacional por meio de processos de negócios. São Paulo: Atlas, 2015.

ARAÚJO, Luís César Gonçalves de. **Organização, Sistemas e Métodos e as Tecnologias de Gestão Organizacional**. São Paulo: Atlas, 2007. 2 v.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

D'ASCENÇÃO, Luiz Carlos M. **Organização, Sistemas e Métodos**. São Paulo: Atlas, 2001.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. **Sistemas, Organização e Métodos**: uma abordagem gerencial. São Paulo: Atlas, 2013.

ROCHA, Mateus. **Análise Organizacional**. Rio de Janeiro: SESES, 2015.

CARREIRA, Dorival. **Organização, Sistemas e Métodos**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

Disciplina 11 – Gestão de Pessoas

EMENTA

Abordagens e modelos de gestão de pessoas. Liderança e motivação: teorias e críticas. Políticas e gestão estratégica de pessoas na Administração Pública. Gestão de competências e desenvolvimento de pessoas. Estudos de casos aplicados.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

BERGAMINI, Maria Cecília Whitaker. **Motivação nas Organizações**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

CAMÕES, Marizaura Reis de Souza; MENESES, Pedro Mauro Murce. Gestão de Pessoas no Governo Federal: análise da implementação da política nacional de desenvolvimento de pessoal. **Cadernos ENAP**, Brasília, n. 45, 2016.

FERNADES, Bruno Rocha. **Gestão Estratégica de Pessoas com Foco em Competência**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

ARAÚJO, Luís Cesar G. **Gestão de pessoas**: estratégias e integração organizacional. São Paulo: Atlas, 2006.

BERGAMINI, Maria Cecília Whitaker. **Liderança. Administração do Sentido**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

BOHLANDER, George; SNELL, Scott; SHERMAN, Arthur. **Administração de recursos humanos**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

DEMO, Gisela. **Políticas de Gestão de Pessoas nas organizações**: papel dos valores pessoais e da justiça organizacional. São Paulo: Atlas, 2008.

IORIO, Célia Soares. **Manual de Administração de Pessoal**. 17. ed. São Paulo: Senac, 2017.

Disciplina 12 – Governo Digital

EMENTA

Sociedade da informação. Conceitos e abordagens sobre o governo digital. Governança eletrônica: transparência, participação social e democracia. Governo digital no Brasil: avanços, obstáculos e perspectivas. Inclusão sócio digital no Brasil. Estudos de casos aplicados.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

CEPIK, Marco; CANABARRO, Diego Rafael (orgs.). **Governança de TI: Transformando a Administração Pública no Brasil**. Porto Alegre: UFRGS/CEGOV, 2014. Disponível em: https://www.ufrgs.br/cegov/files/pub_48.pdf. Acesso em: 02 ago. 2018.

PINHO, José Antonio Gomes de (org.). **Estado, sociedade e interações digitais: expectativas democráticas**. Salvador: UFBA, 2012.

SANTOS, Milton. **Por uma Outra Globalização: do pensamento único à consciência universal**. São Paulo: Record, 2000.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede: a era da informação**. 10. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

CGI.br. **Pesquisa sobre o uso das tecnologias da informação e comunicação no setor público brasileiro: TIC Governo Eletrônico 2013**. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2014. Disponível em: http://cgi.br/media/docs/publicacoes/2/TIC_eGOV_2013_LIVRO_ELETRONICO.pdf. Acesso em: 02 ago. 2018.

FOUNTAIN, Jane E. **Construindo um Estado Virtual: Tecnologia da Informação e Mudança Institucional**. Brasília: ENAP, 2005.

GUIMARÃES, Tomás de Aquino; MEDEIROS, Paulo Henrique Ramos. A relação entre governo eletrônico e governança eletrônica no governo federal brasileiro. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 3, n. 4, p. 1-18, dezembro 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S167939512005000400004&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 02 ago. 2018.

VAZ, José Carlos. Administração Pública e Governança Eletrônica? Possibilidades e Desafios para a Tecnologia da Informação. In: **Governo Eletrônico: Os Desafios da Participação Cidadã**. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, Série Debates, n. 24, dezembro 2002.

10 Estrutura Administrativo-Pedagógica

O Curso de Especialização em Gestão a distância possui o envolvimento dos seguintes atores:

- **aluno** matriculado no curso;
- **professores autores**, responsáveis pela produção dos materiais didáticos (impressos e/ou em Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA));
- **professores formadores**, responsáveis pela oferta das disciplinas;
- **professores pesquisadores**, vinculados a programas de pós-graduação da Ipes, ou a projetos de pesquisa;
- **tutores**, responsáveis por acompanhar, apoiar e avaliar os estudantes em sua caminhada; e
- **equipe de apoio**, responsável pela operacionalização da infraestrutura tecnológica e logística.

Na busca de um modelo de ensino e aprendizagem inovador, a UFT, por meio da Diretoria de Tecnologias Educacionais - DTE, irá desenvolver e utilizar, prioritariamente, tecnologias Web visando atender à crescente demanda de acesso ao ensino superior, aqui representado pelo curso de Licenciatura em Música. A DTE propõe um modelo de EaD que assegure a ampliação da oferta educativa e o acesso do aluno. Nesse modelo, o ambiente virtual de aprendizagem Moodle funcionará como o meio básico de interação entre professor-aluno, aluno-aluno e aluno-conteúdo, atendendo a distintos perfis de alunado. Nesse espaço, o aluno poderá encontrar livros virtuais, artigos com diversos temas, vídeos, imagens que possam contribuir no processo de formação acadêmica.

Para atender aos conteúdos teórico-práticos específicos do Curso de graduação em Música, também serão utilizadas ferramentas complementares gratuitas e de código aberto para compartilhamento de conteúdos em formatos específicos, referentes principalmente a gravações e edições em áudio, gravações em vídeo e escrita de partituras. Dentre as ferramentas que serão utilizadas, citamos:

- Audacity (*software* livre de gravação e edição de áudio);
- 4shared (plataforma de armazenagem de arquivos com ferramenta dinâmica para *streaming* e compartilhamento de arquivos de áudio);
- Musescore (*software* livre de editoração de partituras musicais, com recurso para compartilhamento e visualização de arquivos *online*);

- Noteflight (plataforma *online* de editoração de partituras com versão gratuita);
- YouTube (plataforma de compartilhamento e *streaming* de vídeos, inclusive os criados pelo usuário).

Essas ferramentas complementares, bem como os arquivos e as possibilidades de compartilhamentos proporcionadas por elas, serão integradas ao ambiente virtual de aprendizagem criado pela DTE pelos professores responsáveis pela elaboração de conteúdos específicos do curso de Música, atendendo assim às especificidades da área de conhecimento. Note-se, ainda, que a organização curricular (ver item 4) contempla conteúdos e processos de aprendizagem, principalmente por meio das componentes curriculares Música e Tecnologias I e II, para proporcionar que os alunos também estejam familiarizados com estes recursos.

11 Infraestrutura e Processo de Gestão Acadêmico - Administrativa

A Educação a Distância, embora prescindida da relação face a face em todos os momentos do processo de ensino e aprendizagem, exige relação dialógica efetiva entre estudantes, professores formadores e orientadores. Por isso, impõe uma organização de sistema que possibilite o processo de interlocução permanente entre os sujeitos da ação pedagógica.

Entre os elementos imprescindíveis ao sistema estão:

- ▣ a implementação de uma rede que garanta a comunicação entre os sujeitos do processo educativo;
- ▣ a produção e a organização do material didático apropriado à modalidade;
- ▣ processos próprios de orientação e avaliação;
- ▣ monitoramento do percurso do estudante; e
- ▣ criação de ambientes virtuais que favoreçam o processo de ensino aprendizagem.

Para este curso, a estrutura e a organização do sistema, que dá suporte à ação educativa, preveem a organização de uma rede comunicacional e de produção do material didático.

11.1 Rede comunicacional

Torna-se necessário o estabelecimento de uma rede comunicacional que possibilite a ligação dos vários Polos com a Ipes e entre eles. Para tanto, é imprescindível a organização de estruturas física e acadêmica na IPES, com a garantia de:

- ▶ manutenção de equipe multidisciplinar para orientação nas diferentes disciplinas/áreas do saber que compõem o curso;
- ▶ designação de coordenador que se responsabilize pelo acompanhamento acadêmico e administrativo do curso;
- ▶ manutenção dos núcleos tecnológicos na UFT e nos Polos, que deem suporte à rede comunicacional prevista para o curso; e
- ▶ organização de um sistema comunicacional entre os diferentes Polos e a UFT.

11.2 Produção de material didático

O material didático configura-se como dinamizador da construção curricular e balizador metodológico. O material didático do curso de Especialização em Gestão Pública encontra-se disponível no repositório indicado pela Capes, acessível a todas as Ipes participantes do programa.

11.3 Sistema de Tutoria

A tutoria no curso de Especialização em Gestão Pública, como componente fundamental do sistema, tem a função de realizar a mediação entre o estudante e o material didático de curso. Nesse sentido, o tutor não deve ser concebido como sendo um “facilitador” da aprendizagem, ou um animador, ou um monitor.

A tutoria é um dos elementos do processo educativo que possibilita a ressignificação da educação a distância por possibilitar o rompimento da noção de tempo/espço da escola tradicional. O processo dialógico que se estabelece entre estudante e tutor devem ser únicos, e o tutor, paradoxalmente ao sentido atribuído ao termo “distância”, deve estar permanentemente em contato com o estudante, mediante a manutenção do processo dialógico, em que o entorno, o percurso, as expectativas,

as realizações, as dúvidas e as dificuldades sejam elementos dinamizadores desse processo.

Na fase de planejamento, o tutor deve participar da discussão com os professores formadores a respeito dos conteúdos a serem trabalhados, do material didático a ser utilizado, da proposta metodológica, do processo de acompanhamento e da avaliação de aprendizagem.

No desenvolvimento do curso, o tutor é responsável pelo acompanhamento e pela avaliação do percurso de cada estudante sob sua orientação: em que nível cognitivo se encontra, que dificuldades apresenta, se ele se coloca em atitude de questionamento reconstrutivo, se reproduz o conhecimento socialmente produzido necessário para compreensão da realidade, se reconstrói conhecimentos, se é capaz de relacionar teoria e prática, se consulta bibliografia de apoio, se realiza as tarefas e exercícios propostos, como estuda, quando busca orientação, se ele se relaciona com outros estudantes, se participa de organizações ligadas à sua formação profissional ou a movimentos sociais locais.

Além disso, o tutor deve, nesse processo de acompanhamento, estimular, motivar e, sobretudo, contribuir para o desenvolvimento da capacidade de organização das atividades acadêmicas e de aprendizagem.

Por todas essas responsabilidades, torna-se imprescindível que o tutor tenha formação específica, em termos de aspectos político-pedagógicos da educação a distância e da proposta teórico-metodológica do curso. Essa formação deve ser oportunizada pela Ipes antes do início e ao longo do curso.

Como meios para interlocução, poderão ser utilizados:

- ambiente virtual, com recursos de fórum, *chat*, biblioteca virtual, agenda, repositório de tarefas, questionários, recursos de acompanhamento e controle de cada estudante, entre outros;

- videoaulas;
- telefone;
- redes sociais;
- aplicativos de troca de mensagens instantâneas;
- *e-mail*; e

O ambiente virtual (Moodle) de aprendizagem para promover a interação não só entre os professores-alunos como entre esses e os tutores. Este ambiente disponibilizará tanto o material criado ou adquirido para ser utilizado no curso como a

produção dos professores-alunos. Pode ser criado um espaço para apreciação musical, em que possa haver mostra de trabalho e espaço para fruição e exercício crítico.

O Moodle será utilizado como Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) numa arquitetura cliente-servidor e multicamadas, baseado na WEB, utilizando para esse fim sistemas operacionais e aplicativos Livres ou Freeware, sem impossibilitar seu uso em ambientes de soGware proprietários. É um dispositivo de comunicação que permite possibilidades interventoras na construção do conhecimento de forma coletiva e oferecem variadas formas de atendimento aos estudos.

A escolha desta plataforma, além da sugestão do MEC para sua utilização, deve-se aos seus objetivos, que vão ao encontro dos deste projeto:

- I. estudar, aplicar e integrar as mais modernas tecnologias de programação em rede e multimídia na construção do ambiente virtual de aprendizado;
- II. analisar os ambientes já existentes corrigindo suas deficiências e proporcionando um suporte aos procedimentos didáticos utilizados;
- III. projetar o ambiente de forma modular potencializando sua manutenção, integração e avaliação;
- IV. integrar educandos de diferentes áreas geográficas através da Internet, permitindo-lhes acessar a escolaridade universitária pública, gratuita e de qualidade;
- V. desenvolver um ambiente de aprendizagem através da Internet que auxilie na construção do conhecimento;
- VI. fornecer mecanismos de comunicação de modo que o educando trabalhe dentro de seu próprio ritmo de aprendizagem e em seu tempo disponível, além da comunicação síncrona, que lhe exige uma participação efetiva no grupo de trabalho para uma avaliação do seu progresso pelo educador;
- VII. disponibilizar mecanismos ao educador para avaliar e acompanhar o progresso da aprendizagem dos educandos, permitindo-lhe, assim, criar alternativas individuais, quando necessário, na construção do conhecimento do educando;
- VIII. propiciar ao educando participar mais ativamente da elaboração e construção do conhecimento, tanto individual como em grupo;
- IX. fornecer múltiplas representações e oportunidades para que os educandos e educadores reflitam sobre as questões e temas estudados, buscando alternativas para a resolução dos problemas apresentados e capacidade de explicar os mecanismos para a sua resolução;

x. criar um sistema de fácil implantação, fazendo uso de tecnologias próprias ou de origem *freeware*, para a obtenção de produtos de baixo custo e de alta taxa de flexibilidade e manutenção.

11.4 Encontros presenciais

Os encontros presenciais serão motivos de amplo planejamento, envolvendo os atores pedagógicos e administrativos dos subsistemas do Curso. Entre as atividades que poderão ser contempladas incluem-se avaliação do desempenho discente, apresentação de palestras, aulas, pesquisas desenvolvidas, defesa de TCC, visitas técnicas e integração social da comunidade acadêmica.

12 Diretrizes de avaliação

A avaliação é entendida como atividade que tem por função básica subsidiar tomadas de decisão. Nesse sentido, pressupõe não apenas análises e reflexões relativas a dimensões estruturais e organizacionais do curso, numa abordagem didático-pedagógica, como também dimensões relativas aos aspectos políticos do processo de formação de profissionais no campo da Administração Pública.

Entre os aspectos de maior significação para o processo de tomada de decisões relativas ao curso, destacam-se: a avaliação da proposta curricular; a avaliação da aprendizagem; a avaliação do material didático; a avaliação da orientação; a avaliação do sistema comunicacional da EAD; e a avaliação do impacto do curso na formação de profissionais no campo da Administração Pública.

O processo de avaliação de aprendizagem na EAD, embora se sustente em princípios análogos aos da educação presencial, requer tratamento e considerações especiais em alguns aspectos.

No contexto da EAD, o estudante não conta, comumente, com a presença física do professor. Por esse motivo, é necessário desenvolver métodos de estudo individual e em grupo, para que o acadêmico possa:

- buscar interação permanente com os colegas, os professores formadores e com os orientadores todas as vezes que sentir necessidade;
- obter confiança e autoestima frente ao trabalho realizado; e
- desenvolver a capacidade de análise e elaboração de juízos próprios.

Um aspecto relevante no processo de avaliação de aprendizagem é analisar a capacidade de reflexão crítica do aluno frente a suas próprias experiências, a fim de que possa atuar dentro de seus limites sobre o que o impede de agir para transformar aquilo que julga limitado no campo da Gestão Municipal.

É importante desencadear um processo de avaliação que possibilite analisar como se realiza não apenas o envolvimento do estudante no seu cotidiano, mas também o surgimento de outras formas de conhecimento, obtidas de sua prática e de sua experiência, a partir dos referenciais teóricos trabalhados no curso.

As avaliações das aprendizagens dos estudantes devem atender aos dispositivos estabelecido pela legislação e em consonância com o que preconiza a UFT, de modo que, para aprovação em cada componente curricular, o estudante obtenha 70% ou mais de aproveitamento. Ainda, para integralização curricular, o estudante deverá apresentar perante uma banca constituída para este fim, um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) na forma de artigo, resultante de uma pesquisa desenvolvida durante o curso, sob a orientação de um professor indicado pelo programa.

13 Processo de comunicação-interação entre os participantes

Em razão de uma das principais características da EAD, a dupla relatividade do espaço e do tempo, é importante o uso de ferramentas que operacionalizem o processo de comunicação e a troca de informação nas suas formas sincrônica e diacrônica.

Segundo Maria Luiza Belloni (2001, p. 54-55) “a integração das tecnologias de informação e comunicação aos processos educacionais é antes de mais nada, uma questão política: os processos de socialização dependem das escolhas políticas da sociedade” (...) “a integração das inovações tecnológicas vai depender então da concepção de educação das novas gerações que fundamenta as ações políticas do setor.”

Esta afirmação de Belloni nos leva a refletir sobre a importância do processo educacional que vai desencadear a partir da integração dos novos meios, como é o caso deste curso. Desta forma, o desenvolvimento metodológico deverá

ultrapassar a mera inserção das técnicas e a partir delas promover um verdadeiro processo de emancipação.

A metodologia escolhida para este curso vai levar em conta primeiramente, o contexto educativo, para então determinar como poderemos buscá-lo de forma eficaz. A educação a distância que, paradoxalmente, impõe interlocução permanente e assim proximidade pelo diálogo.

A partir disso, a nossa posição é de privilegiar sempre o processo educacional. A seguir descreve-se a proposta metodológica empregada para este curso, levando em conta as particularidades da UFT no que diz respeito ao emprego dos meios para a EaD.

Para o desenvolvimento do Curso é necessário o estabelecimento de uma rede de comunicação que possibilite a ligação dos vários pólos regionais onde será oferecido o curso. Para tanto, é imprescindível a organização de estrutura física, pedagógica e acadêmica na UFT, com a garantia de:

- Manutenção de equipe multidisciplinar de docentes, tutores e técnicos, para orientação nas diferentes áreas do saber que compõem o curso, incluindo-se as áreas de formação geral, educação e tecnologias;
- Definição de coordenador geral do Curso, que apoiado pelos integrantes do Curso, vão se responsabilizar pelo acompanhamento do curso tanto administrativa como pedagogicamente;
- Manutenção de núcleos tecnológicos na UFT e nos polos que dêem suporte à rede comunicacional prevista para o curso;
- Organização de um sistema comunicacional entre os diferentes pólos e a coordenação do Curso;
- Formação permanente da equipe de gestão do curso.

¹ BELLONI, M.L. "Integração das tecnologias de informação e comunicação aos processos educacionais". In: BARRETO, R.G. (Org.), Tecnologias educacionais e educação a distância: Avaliando políticas e práticas, Rio de Janeiro: Quartet, 2001.

Por meio do Sistema de Acompanhamento cada estudante receberá retorno individualizado sobre o seu desempenho, que será disponibilizado no Moodle, bem como orientações e trocas de informações complementares relativas aos conteúdos abordados em exercícios desenvolvidos, principalmente aqueles que tenham sido respondidos de forma incorreta, propiciando-se novas elaborações e encaminhamentos de reavaliação. Por meio da tutoria é possível garantir o processo de interlocução necessário a qualquer projeto educativo.

O sistema de comunicação será constituído pela ação integrada de diferentes profissionais, que buscam contribuir para o sucesso dos cursos a distância visando principalmente o acompanhamento da aprendizagem dos estudantes nos cursos.

O sistema de comunicação é composto por professores com experiência em coordenação pedagógica, responsáveis pelo planejamento do desenho instrucional dos cursos e pela criação e implementação de meios que facilitem e estimulem a aprendizagem dos estudantes. Conta com uma equipe de professores pesquisadores, formado por profissionais das várias áreas, que são responsáveis:

- a) pelo acompanhamento dos processos didático-pedagógicos dos cursos de EaD;
- b) pela formação de educandos para o estudo a distância;
- c) pelo desenvolvimento de pesquisa e produção científica na área de EaD.

Para o acompanhamento da aprendizagem dos estudantes o sistema de comunicação conta com Professor-supervisor e Tutores a distância.

O Professor-supervisor dos tutores trabalha diretamente com os tutores auxiliando-os nas atividades de rotina. Disponibiliza o feedback sobre o desenvolvimento do curso, buscando proporcionar a reflexão em equipe sobre os processos pedagógicos e administrativos, e com isso, viabilizar novas estratégias de ensino aprendizagem.

Os Tutores, cuja formação deve ser prioritariamente da área de Gestão, ocupam um papel importante no sistema de comunicação, atuam como um elo de ligação entre os estudantes e a instituição. Cumprem o papel de facilitadores da aprendizagem, esclarecendo dúvidas, reforçando a aprendizagem, coletando informações sobre os estudantes para a equipe e principalmente na motivação.

O acompanhamento ao estudante se dará em vários níveis, a saber (as atribuições dos membros da equipe estão descritas no projeto pedagógico):

- Pelo Coordenador do Curso – a distância;
- Pelo Professor-supervisor dos Tutores – à distância;
- Pelos Tutores – a distância;
- Pelos Tutores presenciais – em cada polo;
- Pelo Coordenador de polo – presencial.

Os tutores serão escolhidos por processo seletivo, que terá como critérios para o candidato à função:

- Graduado na área de conhecimento do conteúdo, com especialização, mestrado ou doutorado, e/ou ser estudante de pós-graduação regularmente matriculado em cursos voltados a gestão;
- Ter dedicação de carga horária compatível com seu contrato, incluindo possíveis atividades inerentes à tutoria fora do seu horário normal de trabalho;
- Ter facilidade de comunicação;
- Ter conhecimentos básicos de informática; • Participar de Cursos de Formação.

Após a seleção, os candidatos devem participar do processo de formação que supõe a participação em um curso sobre EaD, a participação de grupos de estudo sobre o material didático do curso e questões relativas ao processo de orientação.

Todos os tutores serão certificados ao final do Curso. Juntamente com o professor-supervisor de conteúdo do módulo, cada equipe de tutores se responsabilizará pelo processo de acompanhamento da vida acadêmica dos alunos em todos os níveis.

13.1 Meios utilizados na tutoria

Para garantir o processo de interlocução permanente e dinâmico, a tutoria utilizará não só a rede comunicacional viabilizada pela internet, mas também outros meios de comunicação como telefone, fax e correio, que permitirão a todos os alunos, independentemente de suas condições de acesso ao centro tecnológico do Polo, contar com apoio e informações relativas ao curso.

A comunicação será realizada nas formas de contato aluno-especialista, aluno tutor e aluno-aluno, por meio da Internet, do telefone, fax e correio.

Os recursos da Internet serão empregados para disseminar informações sobre o curso, abrigar funções de apoio ao estudo, proporcionar acesso ao correio eletrônico, fóruns e *chats*, além de trabalhos cooperativos entre os alunos.

O “Ambiente Virtual de Aprendizagem” – Moodle terá um site específico organizado especificamente para este curso. Toda a comunicação e divulgação vai contar com o auxílio da Internet, por meio desta plataforma, disponível em [<https://ead.uft.edu.br/>](https://ead.uft.edu.br/). A videoconferência também poderá ser utilizada como ferramenta para a interlocução professor-aluno-tutor.

13.2 Recursos Educacionais: tecnologias aplicadas ao ensino

A proposta de estruturação dos materiais didáticos tem como base o princípio de que são recursos utilizados por todos os envolvidos no processo educacional. Em se tratando deste curso a distância, os materiais se transformam em importantes canais de comunicação entre estudantes, professores, tutores, a partir das diretrizes e princípios da proposta político-pedagógica do curso. Por isso, a necessidade de serem dimensionados, respeitando as especificidades inerentes à realidade de acesso dos participantes a esta modalidade de educação. A competência profissional de uma equipe básica para desenvolver materiais para EaD exige a inclusão e o trabalho conjunto e integrado do professor, do especialista em EaD e da equipe de suporte, ou seja, de uma equipe multidisciplinar.

As disciplinas do Curso, conforme matriz curricular e ementário incluídos neste projeto pedagógico, serão ministradas preferencialmente pelos professores do programa. Os materiais didáticos e recursos tecnológicos que poderão ser utilizados estão descritos a seguir. Poderão ser realizados *chats* por temas ou unidades em horários alternados sempre comunicados com antecedência de pelo menos 03 dias úteis aos estudantes. Os *chats* entre especialistas e alunos serão mediados pelos tutores que farão a triagem das perguntas. Os Fóruns, em geral, são temáticos e permanentes por disciplinas. Os conteúdos serão interativos.

13.2.1 Videoconferências

Durante o semestre deverão ser realizados dois encontros presenciais, preferencialmente no primeiro mês de cada bimestre. Nos quatro meses restantes,

serão desenvolvidas diferentes atividades para facilitar o processo de interação entre os professores e os alunos. Semanalmente, os alunos poderão ir ao polo para tirar dúvidas, realizar pesquisas e estudos, trabalhos coletivos, uso do laboratório etc.

A videoconferência poderá ser utilizada pela UFT e polos e permitirá a interação entre os estudantes situados na mesma sala remota, mas também em inter-salas e com o professor autor da disciplina.

13.2.2 Ambiente Virtual de Aprendizagem

Ambiente Virtual de Aprendizagem desenvolvido e mantido pela Diretoria de Tecnologias Educacionais (DTE/UFT), disponível em <<https://ead.uft.edu.br/>>.

Possibilita aos participantes dispor de uma ampla variedade de recursos que visam criar um ambiente colaborativo entre os estudantes, professores, coordenadores de Polo, tutores etc.

Para este curso o ambiente será planejado com o objetivo de integrar todas as mídias, oferecer apoio ao conteúdo impresso ou distribuído em CDROM permitindo que, no conteúdo online, o estudante possa fazer uma leitura hipertextual e multimídia, bem como propiciar a interatividade síncrona e assíncrona na busca da construção de uma comunidade em rede.

A programação permite que cada tipo de usuário possa acessar de forma independente o ambiente e os conteúdos, incluindo textos, links, imagens, sons de acordo com a forma de comunicação estabelecida. Os usuários cadastrados são: professor, tutor, estudante e administrador. Cada usuário receberá um login e uma senha.

A seguir citamos alguns recursos que poderão ser disponibilizados para os alunos no ambiente virtual.

- Página Inicial – Acesso a estrutura do curso e autenticação do usuário no ambiente.

Após este procedimento o estudante passa a ter acesso aos seguintes menus:

- Curso – Acesso às informações gerais do curso dispostas nos sub menus: Objetivos, Estrutura Curricular, Metodologia Aplicada e Contatos.

- Meu Espaço – Espaço particular do estudante. Conta com os seguintes sub menus:

- Dados Cadastrais – Neste local o estudante pode manter atualizado todos os seus dados de cadastro do início ao fim do curso.
- Agenda – Local onde o estudante pode se organizar com relação aos seus estudos tanto presenciais como a distância.
- Contatos – Local onde o estudante pode criar sua agenda particular de contatos.
- Biblioteca Pessoal – Local onde o estudante poderá guardar todo material que achar interessante para seus estudos.
- Bloco de Notas – Espaço para anotações dos estudantes.
- Estrutura Modular – Neste espaço o estudante poderá visualizar as disciplinas de cada módulo, sendo que cada uma delas conta com os seguintes menus:
 - Mural – Neste espaço professores e tutores disponibilizarão informações e recados aos estudantes.
 - Conteúdo – Será disponibilizado o conteúdo de cada disciplina. O objetivo é complementar o conteúdo impresso. Poderá estar “lincado” às unidades, por exemplo, em forma de glossário, ou mesmo remetê-lo a um site na internet.
 - Midiateca - é um espaço onde tanto professor, o tutor e o estudante podem disponibilizar livros eletrônicos, textos, gravuras, vídeos, apresentações que complementam os conteúdos estudados.
 - Professor – Espaço reservado ao professor. Conta com os seguintes sub menus:
 - Apresentação – Espaço onde o professor apresenta e motiva o estudante para o conteúdo da sua disciplina.
 - Plano de ensino – Neste espaço o professor disponibiliza o plano com todas as atividades que serão desenvolvidas na disciplina.
 - Metodologia – Local onde o professor disponibilizará todas as informações referentes a forma como vai trabalhar o conteúdo com os estudantes e as questões relacionadas a avaliação.
 - Cronograma – Espaço onde o professor disponibilizará o cronograma para os momentos presenciais e à distância, bem como o cronograma para as atividades individuais e coletivas.
 - Adicionais – Espaço onde o professor pode disponibilizar mais informações.

- Tutor – Trata-se de um espaço onde tutor e estudante mantêm contato permanente durante todo o curso. Neste espaço o estudante pode enviar as atividades de avaliação, questionamentos, opiniões e acompanhar o histórico de suas interações com o tutor da disciplina. O histórico estará integrado com o Sistema de Acompanhamento ao Estudante a Distância.

- Fórum - trata-se de um espaço de comunicação permanente, onde professor, tutor e estudante podem estar trocando ideias a partir de temas previamente agendados.

- Chat- Espaço onde o estudante poderá se comunicar com os tutores em tempo real durante horário pré-estabelecido.

A estrutura de cada disciplina/semestre deverá favorecer que cada aluno usufrua de tempos e espaços individualizados e personalizados, mas com forte ênfase na colaboração e cooperação.

Cada semestre consistirá em um conjunto de materiais que podem utilizar uma diversidade de mídia. Haverá uma organização textual específica do módulo a partir do “hipertexto” dos objetos de aprendizagem necessários a essa composição particular, sempre aberta à inclusão adjunta de novos componentes.

Quando for o caso, também serão associados vídeos relacionados aos temas e indicados no guia de estudos. Serão produzidos materiais especialmente para os cursos e poderão, também, ser utilizados materiais existentes em outras instituições. A equipe de professores encarregados da produção de material cuidará da edição do material, que compreende também a orientação dos autores para a linguagem apropriada à educação a distância, considerando as diversas mídias definidas no projeto pedagógico, tais como material impresso, vídeo, web e CD-ROM com material adicional e facilidades de conexão, com material disponibilizado na Internet.

Entre os recursos que estarão sendo disponibilizados para os alunos, destacamos:

- 01 Manual com Projeto Político pedagógico do curso detalhado;
- encontros presenciais por semestre para realização de avaliação e apresentação de trabalhos;
- ambiente virtual de aprendizagem;
- 01 tutor para cada 30 estudantes;

Cada turma terá acesso à estrutura de comunicação síncrona e diacrônica e será orientada pelo tutor sobre a forma e os momentos de uso de cada uma delas.

Como sujeito que participa ativamente do processo avaliativo, o estudante será informado por seu tutor e pelo professor formador sobre o que está sendo avaliado, a partir de que critérios, se a atividade que lhe é proposta é objeto de avaliação formal, o que se espera dele naquela atividade etc.

Em outras palavras, a postura de avaliação assumida no processo de ensino aprendizagem do curso pressupõe, por um lado, a compreensão do processo epistêmico de construção do conhecimento e, por outro, a compreensão da ação de avaliar como processo eminentemente pedagógico de interação contínua entre estudante-conhecimento-tutor-professor formador.

13.3 – Encontros à distância

Segundo Maria Luiza Belloni (2001, p. 54-55) “a integração das tecnologias de informação e comunicação aos processos educacionais é antes de mais nada, uma questão política: os processos de socialização dependem das escolhas políticas da sociedade” (...) “a integração das inovações tecnológicas vai depender então da concepção de educação das novas gerações que fundamenta as ações políticas do setor.”

Esta afirmação de Belloni nos leva a refletir sobre a importância do processo educacional que vai desencadear a partir da integração dos novos meios, como é o caso deste curso. Desta forma, o desenvolvimento metodológico deverá ultrapassar a mera inserção das técnicas e a partir delas promover um verdadeiro processo de emancipação.

A metodologia escolhida para este curso vai levar em conta primeiramente, o contexto educativo, para então determinar como poderemos buscá-lo de forma eficaz. A educação a distância que, paradoxalmente, impõe interlocução permanente e assim proximidade pelo diálogo.

A partir disso, a nossa posição é de privilegiar sempre o processo educacional. A seguir descreve-se a proposta metodológica empregada para este curso, levando em conta as particularidades da UFT no que diz respeito ao emprego dos meios para a EaD.

Para o desenvolvimento do Curso é necessário o estabelecimento de uma rede de comunicação que possibilite a ligação dos vários pólos regionais onde será oferecido o curso. Para tanto, é imprescindível a organização de estrutura física, pedagógica e acadêmica na UFT, com a garantia de:

- Manutenção de equipe multidisciplinar de docentes, tutores e técnicos, para orientação nas diferentes áreas do saber que compõem o curso, incluindo-se as áreas de formação geral, educação e tecnologias;
- Definição de coordenador geral do Curso, que apoiado pelos integrantes do Curso, vão se responsabilizar pelo acompanhamento do curso tanto administrativa como pedagogicamente;
- Manutenção de núcleos tecnológicos na UFT e nos pólos que dêem suporte à rede comunicacional prevista para o curso;
- Organização de um sistema comunicacional entre os diferentes pólos e a coordenação do Curso;
- Formação permanente da equipe de gestão do curso.

¹ BELLONI, M.L. "Integração das tecnologias de informação e comunicação aos processos educacionais". In: BARRETO, R.G. (Org.), Tecnologias educacionais e educação a distância: Avaliando políticas e práticas, Rio de Janeiro: Quartet, 2001.

Por meio do Sistema de Acompanhamento cada estudante receberá retorno individualizado sobre o seu desempenho, que será disponibilizado no Moodle, bem como orientações e trocas de informações complementares relativas aos conteúdos abordados em exercícios desenvolvidos, principalmente aqueles que tenham sido respondidos de forma incorreta, propiciando-se novas elaborações e encaminhamentos de reavaliação. Por meio da tutoria é possível garantir o processo de interlocução necessário a qualquer projeto educativo.

O sistema de comunicação será constituído pela ação integrada de diferentes profissionais, que buscam contribuir para o sucesso dos cursos a distância visando principalmente o acompanhamento da aprendizagem dos estudantes nos cursos.

O sistema de comunicação é composto por professores com experiência em coordenação pedagógica, responsáveis pelo planejamento do desenho instrucional dos cursos e pela criação e implementação de meios que facilitem e estimulem a aprendizagem dos estudantes. Conta com uma equipe de professores pesquisadores, formado por profissionais das várias áreas, que são responsáveis:

- d) pelo acompanhamento dos processos didático-pedagógicos dos cursos de EaD;
- e) pela formação de educandos para o estudo a distância;
- f) pelo desenvolvimento de pesquisa e produção científica na área de EaD.

Para o acompanhamento da aprendizagem dos estudantes o sistema de comunicação conta com Professor-supervisor e Tutores a distância.

O Professor-supervisor dos tutores trabalha diretamente com os tutores auxiliando-os nas atividades de rotina. Disponibiliza o feedback sobre o desenvolvimento do curso, buscando proporcionar a reflexão em equipe sobre os processos pedagógicos e administrativos, e com isso, viabilizar novas estratégias de ensino aprendizagem.

Os Tutores, cuja formação deve ser prioritariamente da área de Gestão, ocupam um papel importante no sistema de comunicação, atuam como um elo de ligação entre os estudantes e a instituição. Cumprem o papel de facilitadores da aprendizagem, esclarecendo dúvidas, reforçando a aprendizagem, coletando informações sobre os estudantes para a equipe e principalmente na motivação.

O acompanhamento ao estudante se dará em vários níveis, a saber (as atribuições dos membros da equipe estão descritas no projeto pedagógico):

- Pelo Coordenador do Curso – a distância;
- Pelo Professor-supervisor dos Tutores – à distância;
- Pelos Tutores – a distância;
- Pelos Tutores presenciais – em cada polo;
- Pelo Coordenador de polo – presencial.

Os tutores serão escolhidos por processo seletivo, que terá como critérios para o candidato à função:

- Graduado na área de conhecimento do conteúdo, com especialização, mestrado ou doutorado, e/ou ser estudante de pós-graduação regularmente matriculado em cursos voltados a gestão;
- Ter dedicação de carga horária compatível com seu contrato, incluindo possíveis atividades inerentes à tutoria fora do seu horário normal de trabalho;
- Ter facilidade de comunicação;
- Ter conhecimentos básicos de informática; • Participar de Cursos de Formação.

Após a seleção, os candidatos devem participar do processo de formação que supõe a participação em um curso sobre EaD, a participação de grupos de estudo sobre o material didático do curso e questões relativas ao processo de orientação.

Todos os tutores serão certificados ao final do Curso. Juntamente com o professor-supervisor de conteúdo do módulo, cada equipe de tutores se responsabilizará pelo processo de acompanhamento da vida acadêmica dos alunos em todos os níveis.